

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 03 DE OUTUBRO DE 2007

NÚMERO 5.792

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joões Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joões Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joões Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1806
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 021ª Sessão Solene da
16ª realizada em 1º/10/2007 às
14h2

Atos da Mesa

Ato da Mesa5

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes5
Audiências Públicas7
Extratos21
Projetos de Lei.....22

P L E N Á R I O

ATA DA 021ª SESSÃO SOLENE DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 14H
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA
COMEMORAÇÃO PELA PASSAGEM DOS 10 ANOS DE FUNDAÇÃO DO
ROTARY CLUB DE PALHOÇA
PROPOSIÇÃO DEPUTADO RENATO HINNIG
SUMÁRIO
DEPUTADO RENATO HINNIG - ENALTECE O TRABALHO REALIZADO
PELO ROTARY CLUB DE PALHOÇA.

SR. JOSÉ JOÃO ROSA - Discorre sobre os trabalhos realizados pelo Rotary em todo o mundo.

SR. MÁRIO BATISTOTTI - Refere-se à importância do Rotary em diversos setores da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o deputado Renato Hinnig para conduzir à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la.

Sr. Mário Geraldo Batistotti, presidente do Rotary Club do município de Palhoça;

Sr. José João da Rosa, fundador do Rotary Club de Palhoça;

Sr. Ronaldo Schara, presidente do Rotary Club de Florianópolis;

Sr. Valmir Walmor Schwinden, representando o governador do Distrito 4651, sr. Luiz Carlos Lopes Manhães;

Sr. tenente-coronel Silvio Ernani Fernandes, comandante da 1ª Guarnição Especial do município de Palhoça;

Sr. deputado Renato Hinnig, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada a requerimento do deputado Renato Hinnig, obteve a aprovação de todos os parlamentares e tem o objetivo de homenagear o Rotary Club de Palhoça pelos seus dez anos de fundação e de serviços prestados àquela comunidade.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra com satisfação a presença da sra. Marilene Vargas Souto, presidente do Rotary Club de Florianópolis/Trindade e presidente da Associação Comunitária do Jardim Santa Mônica; do sr. Túlio Caldas, representando o Rotary Club de Florianópolis Atlântico; do sr. Clerson Larroyd, representando o Rotary Club de São José - Kobrasol.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero iniciar saudando o sr. Mário Geraldo Batistotti, presidente do Rotary Club de Palhoça; o dr.

José João da Rosa, sócio fundador do Rotary Club de Palhoça; o sr. Ronaldo Schara, presidente do Rotary Club de Florianópolis; o sr. Valmir Walmor Schwinden, representando o governador do Distrito 4651, de Florianópolis, sr. Luiz Carlos Lopes Manhães; o tenente-coronel Sílvio Ernani Fernandes, comandante da 1ª Guarnição Especial de Palhoça, e os demais rotarianos convidados.

(Passa a ler.)

"Primeiramente, gostaria de externar a minha felicidade e orgulho em poder prestar merecida homenagem a tão importante entidade de meu município e, embora não seja possível externar em palavras todo o respeito e admiração aos notáveis membros deste clube homenageado, tentarei fazê-lo através desse breve arrazoado.

'Dar de si antes de pensar em si', este é o lema do Rotary Club, maior entidade não-governamental do mundo.

Iniciado em 1905, nos Estados Unidos, pelo seu fundador, sr. Paul Harris, esta entidade trabalha sempre buscando a paz e a solidariedade entre os povos, através de programas culturais, educacionais e comunitários.

Ser rotariano é pertencer com dignidade ao Rotary, é desfrutá-lo por inteiro e intensamente, em amável companhia dos demais companheiros do clube, compartilhando o Rotary através da prestação de serviços humanitários, usando-o sempre e diuturnamente com altivez e assiduidade.

O Rotary Internacional exerceu e exerce atividades ímpares ao redor do mundo e entre as missões da entidade em nível mundial podemos destacar a erradicação da poliomielite, que teve início em 1985 e contou com milhares de rotarianos e voluntários para sua consecução, restando hoje apenas a erradicação em alguns países da África para que este sonho se realize.

No Brasil, os rotarianos somam mais de 52 mil cidadãos, divididos em quase dois mil e trezentos clubes.

Ser rotariano no Brasil é lutar pela restauração dos bons princípios, exterminar a corrupção, a falta de civismo e patriotismo, restabelecer os fundamentos democráticos, os sentimentos de humanismo, através da prestação de serviços humanitários.

Nossa querida cidade de Palhoça tem o privilégio de contar com um clube de tantos feitos pela humanidade. O Rotary Club de Palhoça foi fundado em 29 de setembro de 1997 pelo valoroso e saudoso José Elias dos Santos.

Definido pelos companheiros rotarianos como pessoa de grande coração e amor ao próximo, o sr. José Elias convidou vários de seus amigos para esta nova empreitada, formando em nossa cidade uma célula dessa importante organização denominada Rotary Internacional.

O Rotary Club de Palhoça, desde sua fundação, é formado por profissionais atuantes e éticos das mais variadas formações, possuindo atualmente 26 sócios.

Todas as segundas-feiras, às 20h45min, este fantástico clube se reúne para agendar as prioridades e tarefas a se realizarem em prol da comunidade e do próximo.

Entre as atividades desenvolvidas pela entidade podemos elencar:

1 - Atendimento odontológico gratuito para inúmeras crianças em consultório do próprio clube.

2 - Banco de cadeiras de rodas que são emprestadas para pessoas carentes que delas necessitem, além de outros empréstimos tais como colchão d'água, cama hospitalar e andadores.

3 - Mutirão de saúde, com consultas médicas a pessoas de baixa renda.

4 - Distribuição de cestas básicas doadas por comerciantes e pessoas solidárias da comunidade.

5 - Doação de veículos à Polícia Militar para execução do Programa de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd).

6 - Auxílio na reconstrução da Apae.

7 - Campanha do Agasalho, entre outros.

Além de todas essas atividades, existe a Casa da Amizade, formada em sua maioria pelas esposas dos rotarianos e que exerce a beneficência através de diversas ações implementadas.

Assim, com este valoroso trabalho, o Rotary Club de Palhoça comemora dez anos de fundação, sendo merecedor de justa homenagem do povo catarinense e, em especial, palhocense, ressaltando que, de minha parte, estarei sempre disposto a colaborar e participar de tão nobre causa, desejando que levem adiante sua filosofia, ressaltando, entretanto, a necessidade da colaboração e participação de toda a comunidade, buscando o crescimento da entidade e a implementação de novos programas comunitários, priorizando sempre os menos favorecidos e enaltecendo seu lema 'Dar de si antes de pensar em si'.

Parabenizo, no dia de hoje, todos os rotarianos, suas esposas e familiares, agradecendo em nome do povo palhocense sua inegável colaboração à sociedade e desejando-lhes que completem inúmeras décadas executando tão virtuoso trabalho.

Muito obrigado! Parabéns! Continuem nessa trilha, pois Palhoça, Santa Catarina e o Brasil precisam muito de vocês." (Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido, neste momento, o sr. deputado Renato Hinnig para fazer a entrega de placa em nome do Parlamento catarinense ao Rotary Club de Palhoça, pelos seus dez anos de relevantes ações sociais e educativas naquele município.

Convido para receber a homenagem, em nome do Rotary, o sr. Mário Geraldo Batistotti. (Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, o sr. José João da Rosa, fundador do Rotary Club de Palhoça. E passo a condução dos trabalhos ao autor do requerimento, deputado Renato Hinnig.

O SR. JOSÉ JOÃO ROSA - Sr. presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia; excelentíssimos srs. deputados; tenente-coronel Sílvio Ernani Fernandes, comandante da 1ª Guarnição Especial da Polícia Militar, sediada em Palhoça; governadora Marlene Vargas Souto, do Rotary Club; colegas rotarianos, senhoras da Casa da Amizade, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Essa instituição criada por Paul Percy Harris, em 23 de fevereiro de 1905, 'é uma associação de líderes de negócios e profissões, unidos no mundo inteiro, que prestam serviços em suas comunidades e promovem a paz e a boa vontade no mundo'.

Atualmente, somos 1.201.094 rotarianos, distribuídos em 32.455 clubes, em 73 países. No Brasil, somos 49.849 distribuídos em 2.268 clubes (*Revista Brasil Rotário*, abril 2007, ano 82, n. 1018, pág.22).

Devemos registrar, pela importância do fato, que o Rotary Internacional é a única entidade não-governamental que possui uma cadeira nas Organizações das Nações Unidas(ONU).

O Rotary Internacional desenvolve programas de imensa importância à humanidade. Esses trabalhos são realizados por intermédio da Fundação Rotária, sua maior estrela. O maior deles, iniciado no ano de 1985, é a campanha *Polio Plus*. Um difícil sonho de banir a poliomielite da terra. Para que se tenha uma idéia da grandiosidade desse programa, em 1985 a poliomielite era endêmica em 125 países. Hoje somente quatro países ainda não apresentam esse quadro. Trabalho que teve a participação de mais de 20 milhões de voluntários em 200 países e mais de 2 bilhões de crianças imunizadas.

Rotary é uma organização de líderes de negócios e profissionais, unidos no mundo inteiro, que prestam serviços humanitários, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões e ajudam a estabelecer a paz e a boa vontade.

Tem como objetivo principal estimular e fomentar o ideal de servir, como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando, primeiramente, o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir; segundo, o reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional; terceiro, a melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e particular; quarto, a aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

O Rotary Clube é entidade reconhecida de utilidade pública no âmbito nacional pelo Decreto n. 5.575/680, de 17 de dezembro de 1968, assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, em cujo documento dava também o mesmo tratamento aos Lions Clubes do Brasil e às Casas da Amizade, estas constituídas pelas esposas dos rotarianos, e dedicadas à prática da assistência aos desvalidos.

Em regra, todo rotariano, antes de dizer ou fazer alguma coisa, observa rigorosamente as seguintes indagações.

1º - É a verdade?

2º - É justo para todos os interessados?

3º - Criará boa vontade de melhores amizades?

4º - Será benéfico para todos os interessados?"

Foi baseado nessa prova quádrupla que o saudoso major José Elias dos Santos convidou-nos para criarmos um Clube de Rotary em Palhoça, que culminou com a sua fundação em 29 de setembro de 1997. É bem verdade que no meio da sua segunda gestão, o Criador o chamou para o oriente eterno. Então, nossas fileiras ficaram a se organizar por si só. E pelo que vejo, todos os companheiros se abraçaram e hoje contamos com 26 sócios.

(Continua lendo.)

"Nestes dez anos de existência, o clube optou por pequenas atividades. Entretanto, a somatória dessas tarefas formam um razoável volume de trabalho, com benefícios direcionados unicamente à comunidade."

As principais atividades desenvolvidas pelo clube já foram delineadas pelo deputado Renato Hinnig, mas queremos apenas acrescentar que as senhoras da amizade, em participação com a Paróquia São Francisco de Assis, fabricam fraldas geriátricas que são doadas às entidades que necessitam desse material para as pessoas que atendem.

(Continua lendo.)

"Nós tivemos também uma participação importante, que foi a aquisição e doação de um Fiat Uno e duas motos (zero quilômetro) para a Polícia Militar de Palhoça/SC, assim destinadas: o automóvel para os trabalhos do Proerd (Programa de Resistência às Drogas e à Violência) e as motos para o policiamento ostensivo de nosso município. Nesta empreitada, contamos com a participação da Câmara de Vereadores de Palhoça, da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - subseção de Palhoça, a secretaria municipal de Indústria e Comércio e o empresariado do município.

Todos os anos o Rotary Club participa da Campanha do Agasalho que, a cada ano, felizmente, cresce a adesão da comunidade. Na gestão passada, por exemplo, foram arrecadadas cerca de 3.200 peças de roupas.

Estamos também participando, desde os anos de 2002 e 2003, dos programas de Intercâmbio de Jovens e Intercâmbio de Estudos (IGE).

Registra-se, também, que o Rotary Club de Palhoça participou ativamente dos movimentos populares que dizem respeito ao bem-estar da comunidade. Por exemplo: tivemos algumas reuniões com o titular do DNIT para, em nome da comunidade palhocense, solicitar melhor sinalização na BR-101, em especial na localidade de Enseada do Brito e no trevo que dá acesso à cidade de Santo Amaro da Imperatriz, onde os acidentes eram constantes; colaboramos com a comunidade da localidade do Aritiú, encaminhando correspondência às autoridades competentes para a melhoria na manutenção das avenidas Bom Jesus de Nazaré e São Cristóvão; convidamos e realizamos reuniões com líderes comunitários, autoridades e empresários, discutindo o estado de conservação das ruas, propondo e buscando idéias para a melhoria da beleza de nossa cidade (mormente limpeza pública, calçadas, muros e arborização), para serem encaminhadas à administração municipal; debatemos com outras entidades municipais a mudança havida no sistema de trânsito ocorrido no centro da nossa cidade; auxiliamos, sempre que somos convidados, nas realizações tradicionais de Palhoça, ou seja, a Festa do Divino Espírito Santo, e a de Bom Jesus de Nazaré; participamos também ativamente, com outras entidades do município, nos trabalhos idealizados pela Acip, para as instalações da guarnição do Corpo de Bombeiros e também para que seja concretizado o terminal urbano em Palhoça.

Registra-se, por oportuno, que não era da política do Rotary Internacional a divulgação das suas realizações. Ou seja, não havia a preocupação com a divulgação dos trabalhos desenvolvidos. Mas, como tudo na vida evolui, há uns três anos o Rotary Internacional passou a preocupar-se com a divulgação dos seus trabalhos. O objetivo é uma interação maior com a sociedade, pois, conhecendo as nossas atividades, a sociedade tem maior participação, tanto apoiando nossas atividades, quanto com o aumento do quadro de sócios, o que é essencial aos fins rotários. O lema rotário da gestão 2007/2008 presidida pelo nosso companheiro Mário Geraldo Batistotti é: "Rotary Compartilha". Sim, compartilha os benefícios dos serviços prestados e a oportunidade de as pessoas participarem dessa grande e importante família que é o Rotary Internacional.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Com a palavra o sr. Mário Geraldo Batistotti.

O SR. MÁRIO GERALDO BATISTOTTI - Excelentíssimo sr. deputado Renato Hinnig, amigo do povo palhocense, srs. rotarianos, especialmente, demais membros da mesa já nominados, meus companheiros de clube, srs. convidados.

(Passa a ler.)

"Quis o grande Arquiteto do Universo que no dia de hoje eu tecesse alguns comentários sobre o Rotary Club de Palhoça, sobre essa organização enorme, o que é gratificante para mim. Em minhas andanças pela vida até os dias de hoje, não encontrei nada como esse Clube de Rotary onde pessoas idôneas, responsáveis, dignas se integram em um grupo diversificado e, ao mesmo tempo, homogêneo, onde falamos 168 idiomas diferentes através de 168 países do mundo, os quais comungam os mesmos ideais de filantropia e amor! São as mãos estendidas entre as nações.

Nutrimos uma paixão sem igual pela prestação de serviços de altíssima qualidade, o que contribui para alçar o Rotary à posição de organização líder na seara do voluntarismo.

Compartilhar é a nossa meta. Compartilhar é a grande missão, compartilhar com entusiasmo das nossas almas, com compaixão e fraternidade, caminhando sempre lado a lado dos menos privilegiados, daqueles que sofrem dentro de uma sociedade quase sempre injusta. Pois a família rotária sempre contribuiu para o mundo melhor.

Como sócios, senhores, atuamos como colaboradores, sendo que cada um paga uma mensalidade para trabalhar! Sim... Pagamos para trabalhar! Como voluntários na obra de servir ao próximo. Daí vem a grandeza desse clube. E como ele é internacional abrangendo uma grande gama de países, sabemos que uma parcela dessas nossas contribuições mensais acaba designada como ajuda em grandes catástrofes que por vezes assolam o mundo.

Que paz, que bem-aventurança sentimos nós, rotarianos, ao saber que, de tão distante, estamos ajudando nossos irmãos em suas mazelas, infortúnios e desesperanças. Como, por exemplo, no episódio da terrível tsunami, em que milhares de kits de primeiros-socorros foram providos além de ajuda na reconstrução de moradias, provando o quanto nossa união, através dos diversos Rotary Club, é importante.

O trabalho do Rotary em Palhoça é feito sempre visando ao bem-estar social, unicamente o bem-estar social!

O intercâmbio com nossos jovens, um sucesso pleno, representa uma grande oportunidade e experiência devida para esses jovens conhecerem outros países e culturas, aperfeiçoarem outros idiomas. Serve muito para alicerçar o futuro da carreira profissional promissora e também como contribuição para nosso próprio país. Pois neste ano temos dois jovens palhocenses que estão participando de intercâmbio na Alemanha, e temos em nossa cidade dois jovens, um de origem alemã e um norte-americano.

O Rotary ainda atua na saúde, na alfabetização, no gerenciamento hídrico 'água potável' deste bem que é a vida, na defesa ampla do meio ambiente e em tantas e tantas outras boas ações.

Bill Boyd, presidente do Rotary Internacional, nos dá um exemplo de grandeza quando diz: 'Vós pouco dais, quando dais de vossas posses. É quando dais de vós próprios que realmente dais!' Estas belas palavras que nos trazem esta profunda lição explicam o prazer de contribuir no empreendimento de nosso trabalho humanitário.

O futuro pertence aos que sonham e acreditam na beleza dos seus sonhos, e dia após dia vemos no Rotary Club como estes sonhos influenciam as coisas que semeamos. Não basta apenas sonhar, é preciso partir para as ações e assim materializar nosso sonho, nosso querer! A melhoria social é que nos move a um sentimento maior de irmandade!

Quero aqui agradecer aos membros desta Casa, em especial ao nosso deputado Renato Hinnig, amigo de Palhoça e do Rotary, por este momento único para nós, rotarianos, pois temos a oportunidade de divulgar os trabalhos realizados por este Clube de Rotary.

Parabenizo, oferecendo meus louvores aos companheiros do meu clube, e dizendo que se sintam orgulhosos por servir este clube, que por sua vez serve nossa pátria e a humanidade. E sempre que forem chamados a ajudar, o façam de cabeça erguida, pés firmes, não se poupem ou jamais rejeitem a oportunidade de servir.

A energia do amor é a mais poderosa arma que temos para transformar! Somos uma grande família e, se trabalharmos juntos, chegaremos mais rápido ao mundo de paz e compreensão que tanto almejamos.

O nosso clube, sr. presidente, está, e estará, sempre de portas abertas a esta Casa Legislativa, para que possamos cada vez mais participar dessa grande e maravilhosa missão que é servir.

Muito obrigado!"

(Palmas)

Gostaria, em nome dos companheiros do Rotary Club de Palhoça, de fazer a entrega de uma placa em homenagem aos serviços prestados pelo companheiro, o excelentíssimo sr. deputado Renato Hinnig, ao Rotary Club de Palhoça.

(Procede-se à entrega da placa.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Agradeço mais uma vez esta homenagem e convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, a todos que nos honraram com o seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA N. 047-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença aos Senhores Deputados Darci de Matos, Jailson Lima da Silva, Antonio Aguiar, Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, para

ausentarem-se do País, no período de 21 de outubro a 02 de novembro do corrente ano, objetivando acompanhar Missão Oficial do Governo do Estado, em viagem à Rússia, Japão e Estados Unidos.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 3 de outubro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário
Deputado Valmir Comin 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO DA ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2007.

As onze horas do dia vinte de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Genésio Goulart, reuniram-se os Deputados: Edson Piriquito, Kennedy Nunes, Serafim Venzon, Odete de Jesus e Gelson Merísio. Iniciando os trabalhos o Deputado Presidente Genésio Goulart, agradece a presença dos Deputados, e fez leitura da pauta da presente reunião. 1º) Projeto de Lei nº. 0354/06, ementa: Institui Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica e Estabelece outras Providências. 2º) Requerimento da Deputada Odete de Jesus, solicitando Audiência Pública, sobre a distribuição gratuita de preservativos, aos alunos nas escolas públicas. 3º) Sobre a participação na Audiência Pública, referente a apresentação do Relatório Trimestral do SUS, a realizar-se dia 03 de abril do corrente ano, por esta Comissão. 4º) Outros assuntos pertinentes a Comissão. Dando continuidade à reunião o Senhor Presidente justificou a ausência do Deputado Jailson Lima da Silva, por se encontrar com problema no trânsito. O Deputado Presidente colocou em discussão o PL/0354/06, que institui gratificação médica, sendo seu Parecer Favorável ao Projeto de Lei. O Deputado Edson Piriquito, questiona da possibilidade de incluir no referido projeto os Fisioterapeutas, que recebeu documentação do grupo de profissionais que são de 32, prestam relevantes trabalhos, e que o impacto financeiro seria apenas R\$ 76.800,00, mensalmente, e que não justifica ficarem fora do presente Projeto de Lei, com a palavra a Deputada Odete de Jesus, que fez o seguinte relato, que solicitou vistas ao Projeto na comissão de Finanças, e fez seu voto favorável, pois que desde o ano passado os médicos, vem lutando por está gratificação, e que quanto aos fisioterapeutas, caberia novo projeto do Executivo, ou acordo com o Líder do Governo, pois se emendarmos cairia no vício de origem. O Deputado Gelson Merísio, também alertou da luta dos médicos para que o Governo envia-se a está Casa, tal projeto, e que está aguardando sua aprovação o mais rápido possível, e que seu voto é favorável, pedido aos Deputados presente licença, pois tinha outro compromisso. Deputado Kennedy Nunes com a palavra, senhores deputados, os médicos foram ao Governo, e acertaram este encaminhamento, qualquer outra negociação terá que vir do Governo, não podemos emendar por vício de origem. O Deputado Edson Piriquito, volta a discutir sobre o Projeto, e solicita a provação de um ofício da Comissão ao Governador, para que incluo no projeto os 32 fisioterapeutas, assim ficou deliberado tal encaminhado pela Comissão. O Deputado Serafim Venzon, pede vista ao presente Projeto de Lei, para ter melhor entendimento de seu texto, visto que o atendimento médico no Estado de Santa Catarina, executado por médicos "bóias frias", para buscar formas legais, que no intuito de melhorar o atendimento médico, especialmente as categorias menos favorecidas, se melhore o valor dos atos médicos pagos pelo SUS. O Senhor Presidente Deputado Genésio Goulart, em discussão aprova a vista ao PL/0354/06, ao Deputado Serafim Venzon, com cópia de vista ao Deputado Edson Piriquito. Ato contínuo o Senhor Presidente cede a palavra a Deputada Odete de Jesus, que apresentou a Comissão Requerimento, solicitando Audiência Pública, para tratar da distribuição gratuita de preservativos, aos alunos nas escolas públicas, em discussão foi aprovado seu requerimento por unanimidade, ficando para realizar-se no dia 15 de maio do corrente ano. Seguindo a pauta o senhor presidente, comunicou e convidou os Deputados da Comissão a participarem da Audiência Pública sobre o Relatório Trimestral do SUS, a realizar dia 03/04/07, conforme convite

a todos já enviado pela assessoria da Comissão. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, José Agrício Gonçalves, chefe da Comissão, lavrei a presente ata, que aprovada por todos os membros será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Genésio Goulart

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO DA ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2007.

As onze horas do dia vinte sete de março do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Genésio Goulart, reuniram-se os Deputados: Edson Piriquito, Kennedy Nunes, Serafim Venzon, Odete de Jesus, Jailson Lima da Silva e o Deputado Gelson Merísio, justificou sua ausência. Iniciando os trabalhos o Deputado Presidente Genésio Goulart, agradece a presença dos Deputados, e colocou em discussão a ata da reunião anterior, aprovada por unanimidade. Com palavra o Deputado Serafim Venzon, para decorrer sobre seu pedido de vista ao PL/0354/06, que Institui Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica. Após análise minuciosa de diversas sugestões apresentadas por Médicos Servidores ainda ouvir detalhes da confecção do atual projeto por iniciativa do governo que ouviu os representantes das entidades médicas, poderemos afirmar que: 1. Este projeto não é o ideal, nem agrada a todos, mas significa um grande avanço na valorização do ato médico; 2.0 salário base que é de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) fica acrescido de gratificação que varia de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos) a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mês; 3. Este salário de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) a R\$ 5.200,00 (cinco e duzentos reais) incidem todos os direitos e obrigações trabalhistas; 4. Então passa a ser fator de segurança profissional; 5. Com está representa a média do Pró-labore, previsto na Lei 4.643/1971 e que vinha sendo pago individualmente, conforme o número de atendimentos; 6. Projeto não significa aumento de despesa para o governo, que continua a provir de repasse do SUS - Sistema Único de Saúde, federal, através das AIH - Atendimento de Internação Hospitalar, ou fichas de atendimento; 7. Por isso, não cabe neste Projeto outros especialistas da saúde, mas que posteriormente podemos acatar a emenda do Senhor Deputado Edson Piriquito, refere aos fisioterapeutas; 8. Projeto se refere ao médico que trabalha 04 (quatro) horas mês, mas que não invalida as iniciativas do pagamento de hora plantão excedentes, para atender as diferentes necessidades; 9. A Emenda do Deputado Antônio Aguiar, agrada os interesses, mas para evitar vícios de origem, optamos apresentar isoladamente e com tramitação independente; 10. Optamos pela sua aprovação do Projeto na íntegra. As Emendas do Senhor Onofre Agostini e Antônio Aguiar, conjunta com a proposta do Deputado Edson Piriquito, sobre a inclusão dos fisioterapeutas serão apreciadas posteriormente e reforçamos ainda os entendimentos com entidades médicas, que apóiam a iniciativa do Senhores Deputados Jailson, Antônio Aguiar e Serafim Venzon médico do estado de Santa Catarina, executado por médicos "bóias frias", para buscar formas legais, que no intuito de melhorar o atendimento médico, especialmente as categorias menos favorecidas, se melhore o valor dos atos médicos pagos pelo SUS, que aviltam a dignidade humana, ou seja, queremos encontrar formas legais que, se o prefeito quiser, pode pagar valores maiores que o SUS. O Governador o faz agora através deste Projeto. Fica expresso o nosso desejo que isso venha a contagiar os prefeitos municipais desde que a lei lhe permita. Assim, diante das manifestações exposta, somos favoráveis a sua aprovação. A Deputada Odete de Jesus, parabeniza o Deputado Venzon, por ser médico, e conhecer de sua área e um político experimentado, e que acompanhou a luta dos médicos, para que o Governo envia-se tal projeto para Assembléia Legislativa. Deputado

Edson Piriquito, em nenhum momento quero causar entrave ao presente Projeto, mas questiona porque a não inclusão dos 32 fisioterapeutas ao presente projeto de lei. O Deputado Jailson Lima da Silva, Senhores Deputados, esteve com o Secretário de Estado da Saúde, discutindo acerca deste Projeto, onde todos são sabedores da luta e da insistência dos profissionais médicos, onde nesta manhã, recebi correspondência do Secretário da Saúde, a respeito de um ofício nº 016/2007, enviado pelo Deputado Edson Piriquito solicitando incluir Gratificação por Produtividade aos Fisioterapeutas no Projeto de Lei 0354/06 que "Institui Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica. E que encaminhou cópia de informação nº 01 da Superintendência de Gestão Administrativa desta Secretária, onde o Superintendente Ramon da Silva, fez um parecer que mostra a seguinte Conclusão: Diante dos fundamentos ora apresentados, mesmo admitindo a legitimidade da solicitação, entendemos absolutamente inviável qualquer pretensão de extensão da gratificação de desempenho e produtividade médica a outras categorias da saúde, devido a falta de previsão orçamentária e financeira, a qual foi dimensionada e dirigida apenas no sentido de estimular a atividade médica em setores importantes e estratégicos da assistência hospitalar, considerando dos recursos financeiros anteriormente despendidos. Por derradeiro, é oportuno reconhecer a existência de distorções salariais históricas em algumas categorias profissionais da saúde que, muito embora corrigidas e minimizadas neste Governo, ainda persistem e devem ser paulatinamente adequadas, ano após ano, mediante acumuladas há cerca de vinte anos num único exercício orçamentário. Esta é a manifestação que submetemos à vossa lúcida análise e superior deliberação. O Deputado Serafim Venzon, solicita cópia, o Deputado Presidente Genésio Goulart, vamos enviar cópias a todos os deputados, sobre este parecer. Ato continuo o Senhor Presidente, senhores Deputados vamos colocar em discussão as Emendas, rejeitadas por maioria, em discussão o Parecer do Relator pela aprovação do PL/0354/06, sem as emendas, aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, José Agrício Gonçalves, chefe da Comissão, lavrei a presente ata, que aprovada por todos os membros será assinada pelo Presidente e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Genésio Goulart
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO DA ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2007.

As onze horas do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Vice-Presidente Jailson Lima da Silva, reuniram-se os Deputados: Gelson Merísio, Edson Piriquito, Serafim Venzon, e Odete de Jesus, e o Deputado Presidente Genésio Goulart, justificou sua ausência. Iniciando os trabalhos o Deputado Presidente agradeceu a presença dos Deputados, e colocou em discussão a ata da reunião anterior, aprovada por unanimidade. Com palavra o Deputado Edson Piriquito, para relatar Projeto de Lei nº. 0046.4/07, em discussão, vista para Deputada Odete de Jesus. O Senhor Presidente, com a palavra o Deputado Serafim Venzon, para relatar o Projeto de Lei nº 0062/07, de autoria do Deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre a regulamentação de comercialização de produtos de caráter não-farmacêutico pelas farmácias e drogarias. Em discussão o relator faz menção ao presente Projeto de Lei, em seu relato e pede a realização de Audiência Pública, para ouvir as partes interessadas ao Projeto. Em discussão ficou assim determinada pelos Deputados presentes ver data para a Audiência. Ato continuo o Deputado Jailson Lima da Silva, presidente, relatou o Projeto de Lei nº. 0080/07, de autoria da Deputada Odete de Jesus, onde inclui no calendário oficial do Estado de Santa Catarina a semana do aleitamento materno. Em discussão aprovado por unanimidade. Na seqüência o Presidente, coloca em discussão os requerimentos, para Audiências Públicas: 1ª) Deputada Odete de Jesus, sobre programa de prevenção e de saúde reprodutiva nas escolas públicas. Em discussão, aprovado, 2ª) Deputado Antônio Aguiar e outros, sobre o reajuste da tabela do sistema único de saúde SUS, em discussão aprovado. 3ª) O Presidente apresenta, requerimento do SINTUFSC, a está Comissão e a Comissão de Educação, para discutirem em Audiência Pública a defesa do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (HU), em discussão aprovado ver data. 4ª) Colocou em deliberação o requerimento da Deputada Ana Paula Lima, solicitando audiência Pública, a ser realizada na cidade de Blumenau, debater a situação do SAMU naquela região. Em discussão aprovada. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, José Agrício Gonçalves, chefe da Comissão, lavrei a presente ata, que aprovada por todos os membros será assinada pelo Presidente e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jailson Lima da Silva
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO DA ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2007.

As dez horas e quinze minutos do dia cinco do mês de junho do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Genésio Goulart, amparado no do Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da quarta reunião ordinária da Comissão de Saúde. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Gelson Merísio, Edson Piriquito, Kennedy Nunes, Odete de Jesus e Silvio Dresch em substituição ao Senhor Deputado Jailson Lima da Silva. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da Reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em ato continuo o Senhor Presidente colocou em discussão o Ofício número OF/0047.2/2007, que "Encaminha o Relatório de atividades da Associação Beneficente Seara do Bem, de Lages, referente ao exercício de 2006". Lido pelo Senhor Deputado Dirceu Dresch, e relatório com parecer favorável do Deputado Jailson Lima da Silva, encerrada a discussão do Ofício. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ofício de número OF/0054.0/2007 que "Encaminha o relatório de atividades da Associação Beneficente Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de Nova Trento, referente ao exercício de 2006". Lido pelo Senhor Deputado Dirceu Dresch, e relatório com parecer favorável do Senhor Deputado Jailson Lima da Silva. Encerrada a discussão do Ofício, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão a proposição número PL/0127.4/2007, de autoria do Governo do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no município de Xaxim, (ampliação das instalações de unidade sanitária). Lido pelo Senhor Deputado Dirceu Dresch, e relatório com parecer do Senhor Deputado Jailson Lima da Silva, o parecer foi favorável, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato continuo o Senhor Presidente colocou em discussão, o Projeto de Lei PL/0095.2/2007, de autoria do Senhor Deputado Darci de Matos, que "Cria a Semana da Prevenção e Combate à Doença Renal". Lido pelo Senhor Deputado Edson Piriquito, e relatório com parecer favorável do Senhor Deputado Serafim Venzon, encerrada a discussão da proposição, colocada em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em discussão a proposição PL/0130.0/2007 de autoria do Senhor Deputado César Souza Júnior, que "com fulcro no art. 230 da Constituição Federal e nos Arts. 3º e 15º da Lei Federal número 10.741 de 2003, estabelece uma política de melhoria no atendimento aos idosos na área de saúde". Relatado pela Senhora Deputada Odete de Jesus, o parecer foi favorável. Encerrada a discussão, colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Em discussão Ofício OF/0051.8/2007 que "Encaminha o Relatório de atividades da Casa da Amizade das Famílias Rotarianas de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relatado pela Senhora Deputada Odete de Jesus, com parecer favorável. Encerrada a discussão do Ofício. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei PL/0155.8/2007, de autoria do Governo do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no município de Sombrio". Relatado pelo Senhor Deputado Gelson Merísio, com parecer favorável. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Ofício OF/0049.3/2007, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Amigos do Autista, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relatado pelo Senhor Deputado Kennedy Nunes, parecer favorável, com correspondência ser encaminhada para a Associação, para que nos próximos relatórios exprima com exatidão os resultados da Demonstração do Resultado de exercício - DRE e do Balanço Patrimonial. Encerrada a discussão do Ofício, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente Deputado Genésio Goulart, colocou em discussão o Projeto de Lei PL/0046.4/2007, de autoria do Senhor Deputado Kennedy Nunes, que "Dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado e adota outras providências". Com parecer contrário do Relator Senhor Deputado Edson Piriquito. A Senhora Deputada Odete de Jesus, que solicitou vistas fez o seu relatório. Encerrada a discussão. Colocado em votação. O parecer do Relator foi aprovado por maioria. Na Ordem, o Senhor Presidente passou a ler o Ofício nº 214/07, do Gabinete do Senhor Deputado Serafim Venzon, que apresenta o abaixo-assinado dos funcionários dos hospitais, que em Audiência Pública realizada no dia dez de maio

do corrente ano, na cidade de Joinville, manifestaram preocupação com vários itens importantes, referentes à mudança de Administração do Hospital Materno Infantil para uma Organização Social. Após discussões, foi aprovado por unanimidade, que os senhores deputados presentes, elaborariam um Requerimento solicitando Audiência Pública, onde seriam convidados diretores e funcionários dos hospitais e representantes do Governo Estadual e Federal. Antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e da Deputada presentes à reunião, agradeceu a colaboração dos funcionários da Comissão, do som e da imprensa em geral. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Itamar Pires Pacheco, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado GENÉSIO GOULART

Presidente da Comissão de Saúde

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO DA ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2007.

Às onze horas e doze minutos do dia dez do mês de julho do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Genésio Goulart, amparado no do Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da quinta reunião ordinária da Comissão de Saúde. Foi registrada as presenças dos Senhores Deputados Edson Piriquito, Jailson Lima da Silva, Kennedy Nunes e Odete de Jesus. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da Reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão o Ofício número OF/0058.4/2007, que "Encaminha o Relatório de atividades da Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, de Papanduva, referente ao exercício de 2006". Relatado pela Senhora Deputada Odete de Jesus com parecer favorável. Encerrada a discussão do Ofício. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ofício de número OF/0074.4/2007 que "Encaminha o relatório de atividades da Obra Social Evangélica, de Ituporanga, referente aos exercícios de 2005 e 2006", relatado pela senhora Deputada Odete de Jesus com parecer favorável. Encerrada a discussão do Ofício, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ofício de número OF/0090.4/2007 que "Encaminha o Balancete e relatório de atividades dos Voluntários Lagunenses do Amor, de Laguna, referente aos exercícios de 2006 e 2007", relatado pela senhora Deputada Odete de Jesus que em seu parecer solicita diligência a entidade para que apresente o relatório circunstancial de atividades referentes ao exercício de 2006. Encerrada a discussão do Ofício, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão a proposição número PL/0195.5/2007, de autoria do Deputado Jailson Lima da Silva, que "Declara de utilidade pública a Fundação Catarinense de Neurologia, com sede no município de Florianópolis", relatado pelo Senhor Deputado Edson Piriquito com parecer favorável. Encerrada a discussão. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. O Senhor presidente colocou em discussão o Ofício OF./0077.7/2007, que "Encaminha o Relatório de atividades do Centro de Reabilitação Especializado em Dependência Química, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2006", relatado pelo senhor Deputado Edson Piriquito, que em seu parecer solicita diligência a entidade para que apresente o relatório anual de atividades, conforme inciso I da Lei 10.436 de 01 de junho de 1997, e Declaração nos termos do inciso III da Lei supracitada. Encerrada a discussão. Colocado em discussão. Aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão, o Projeto de Lei PL/0137.6/2007, de autoria do Senhor Deputado Jailson Lima da Silva, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Portadores de Lesão por Esforços Repetitivos de Blumenau e Região em Blumenau", relatado pelo Senhor Deputado Edson Piriquito, com parecer favorável. Encerrada a discussão da proposição, colocada em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente colocou em discussão a proposição PL/0043.1/2007 de autoria do Senhor Deputado César Souza Júnior, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Vacinação contra o HPV - Papiloma Vírus Humano na rede pública de saúde". Relatado pelo Senhor Deputado Serafim Venzon, o parecer foi favorável. Encerrada

a discussão, colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Em discussão a proposição PL/0163.8/2007 de autoria do Senhor Jailson Lima da Silva, que "Institui o Dia do Massoterapeuta, no Estado de Santa Catarina". Relatado pelo Senhor Deputado Serafim Venzon, com parecer favorável, encerrada a discussão do Projeto de Lei, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei PL/0175.1/2007, de autoria do Senhor Deputado Gelson Merísio, que "Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Xanxerê". Relatado pelo Senhor Deputado Kennedy Nunes, com parecer favorável, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Ofício OF/0064.2/2007, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Grupo de Voluntárias do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relatado pelo Senhor Deputado Kennedy Nunes, parecer favorável. Encerrada a discussão do Ofício, colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente Deputado Genésio Goulart, colocou em discussão o Projeto de Lei PL/0050.0/2007, de autoria da Senhora Deputada Ada de Luca, que "Institui a Semana da Saúde nos órgãos públicos do Estado de Santa Catarina, a ocorrer no mês de maio de cada ano". Com parecer favorável do Relator Senhor Deputado Kennedy Nunes. Encerrada a discussão. Colocada em votação. Aprovada por unanimidade a proposição. Na Ordem, o Senhor Presidente passou a ler o Requerimento da Deputada Odete de Jesus, que solicita Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Política Rural, para discussão, debates e estudos acerca da Lei 12.128/2002, para esclarecimentos e encaminhamentos quanto à necessidade ou não da prorrogação do período de moratória para a vedação do plantio e cultivo para fins industriais e comerciais de organismos geneticamente modificados - OGM. Após discussões, foi aprovado por unanimidade, e a data a ser marcada após o recesso que acontece no mês de julho deste ano. Antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e da Deputada presentes à reunião, agradeceu a colaboração dos funcionários da Comissão, do som e da imprensa em geral. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Itamar Pires Pacheco, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado GENÉSIO GOULART

Presidente da Comissão de Saúde

*** X X X ***

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE PARA DISCUTIR SOBRE O RELATÓRIO TRIMESTRAL DO SUS, REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2007, ÀS 9H, NO PLENARINHO DESTA CASA

O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart) - Damos início à nossa reunião de trabalho.

Senhores deputados, convidados, funcionários desta Casa, eu quero registrar a minha satisfação e a minha alegria em tê-los aqui hoje. Sejam todos bem-vindos, e agradeço-lhes pela presença.

Convido para fazer parte da mesa o deputado Edson Piriquito, o deputado Kennedy Nunes e a secretária Carmem Zanotto.

Desejo explicar a ausência dos seguintes membros desta Comissão: o deputado Jailson Lima, que está viajando; o deputado Gelson Merísio, que neste momento está na reunião conjunta a respeito da Reforma Administrativa; e da deputada Odete de Jesus, que também está na mesma reunião.

Ainda, registro a presença nesta audiência pública do doutor Ramon da Silva; da irmã Enedina Sacheti, diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão; do senhor Rodolfo Poyer, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado estadual Moacir Sopelsa; da senhora Maria Beatriz da Silva Santos, assessora parlamentar da saúde, neste ato representando o deputado estadual Renato Hinnig; e da irmã Markelizia Cruz Araújo, do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão. Sejam bem-vindos.

Esta audiência pública é realizada em cumprimento ao artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93 e ao artigo 9º do Decreto Federal nº 1.651/95, objetivando a divulgação e análise dos relatórios trimestrais do SUS - Sistema Único de Saúde - a respeito da fonte de recursos e do montante aplicados nas auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como da oferta e da produção de serviços da rede assistencial própria, contratada ou conveniada.

Dando continuidade, passo a palavra à nossa querida amiga Carmem Zanotto, diretora-geral da Secretaria de Estado da Saúde, para que faça seu pronunciamento.

A SRA. CARMEM ZANOTTO - Em meu nome e em nome do secretário Dado, quero cumprimentar o deputado Genésio Goulart, presidente da Comissão de Saúde desta Casa; os deputados Kennedy Nunes e Edson Piriquito; a irmã Enedina, em nome dos prestadores de saúde; a representante dos secretários Municipais de Saúde, também prestadores de serviços que estão na ponta, a quem agradeço pela presença em nome do doutor Cândido; os senhores usuários presentes; e a equipe da Secretaria de Estado da Saúde.

Hoje estamos nesta Casa para dar conhecimento à prestação de contas do 4º trimestre de 2006: a Fonte 100, que são os recursos do Tesouro do Estado orçados, liquidados no último ano; as demais Fontes, que são os recursos também oriundos do Ministério da Saúde; a quantidade de serviços prestados pela rede própria e pela rede privada conveniada ao Sistema Único de Saúde; os serviços da Diretoria Farmacêutica, da Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária; as auditorias realizadas pela equipe da Secretaria de Estado da Saúde.

Na última etapa, o doutor Flávio apresentará uma síntese rápida do que foi realizado nos últimos quatro anos. Será muito brevemente porque essa documentação fará parte do relatório da prestação de contas dos quatro anos, que já está em fase final para impressão.

Agradecemos a esta Casa pela acolhida, e, após a apresentação do doutor Flávio, estaremos à disposição para responder aos questionamentos.

Finalizando, comunico que o Conselho Estadual de Saúde está sendo recomposto e que a partir deste mês ele terá nova composição para os próximos anos com a sua primeira reunião plenária.

Obrigada pela concessão para a minha manifestação e devolvo a palavra ao deputado-presidente dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE(deputado Genésio Goulart) - Obrigado, querida, pelas suas colocações. Isso é muito importante para darmos continuidade ao nosso trabalho.

Concedo a palavra ao doutor Flávio Magajewski, para fazer a sua apresentação.

O SR. FLÁVIO MAGAJEWSKI - Bom-dia a todos. Quero cumprimentar a mesa dos trabalhos, o deputado Kennedy Nunes, o deputado Genésio, o deputado Piriquito, a minha querida diretora Carmem, os meus colegas de trabalho, os prestadores e os gestores.

(Procede-se à execução de imagens.)

Nós estamos fechando a prestação de contas do 4º trimestre de 2006, que corresponde a um consolidado rápido do referido ano. Sustentada na legislação, esta prestação de contas é decorrente da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, em 1993. Como os sistemas de auditorias estavam em fase de reestruturação foi através das audiências públicas que o legislador imaginou que os recursos públicos poderiam ser fiscalizados adequadamente.

Em 1995, com a criação *(falha no microfone)* nacional de auditoria, o sistema de prestação de contas foi mantido como ordenação regular de transparência da gestão de recursos financeiros e de prestação de serviços do gestor da Saúde em todas as esferas do governo: União, Estados e municípios.

Nós podemos ver aqui *(aponta para a tabela)* que o acompanhamento da execução orçamentária do 4º trimestre, na verdade, corresponde à avaliação de toda execução orçamentária do exercício de 2006. Notamos claramente, aqui nas primeiras colunas, que nas Fontes 100 e 3.100, que correspondem aos recursos próprios do Estado, que nós tínhamos um valor computado no Orçamento, com recursos próprios, na faixa 611 milhões. Praticamente, empenhamos 100% desses recursos, e foram liquidados 99% dos recursos, praticamente, ou seja, é um excelente padrão de execução orçamentária, pois quase 100% dos recursos disponíveis e aprovados na Lei Orçamentária Anual foram executados no exercício de 2006.

A grande questão que fica aberta na execução orçamentária é a superestimação das receitas das outras Fontes, especialmente convênios do Ministério da Saúde, em função da mudança gradativa que o Ministério vem fazendo dos recursos que anteriormente eram transferências voluntárias e foram gradativamente se transformando em transferências constitucionais através de fundo a fundo, o que, na verdade, não foram devidamente considerados na previsão do Orçamento. Então, na realidade, nós tivemos uma previsão de orçamento de 680 milhões e apenas 284 milhões de recursos empenhados e liquidados *(sic)*, o que mostra claramente a diferença gritante entre o que foi orçado e o que efetivamente foi transferido para o Estado de Santa Catarina e executado pela Secretaria.

Agora *(aponta para a tabela)*, a consolidação das Fontes mostra que o nosso orçamento executado efetivamente foi em torno de R\$ 906 milhões, o que é um orçamento bastante significativo para a área da saúde e durante o exercício de 2006.

Aqui *(aponta para a tabela)* é apenas para uma avaliação dos recursos não apenas gerenciados pela Secretaria de Estado da Saúde. Vocês podem notar que nesta segunda coluna *(aponta para a tabela)* são valores na faixa de quase 20 milhões que são recursos transferidos diretamente pelo gestor federal para os municípios na forma de piso fixo da pensão básica, de incentivos para o Programa de Saúde da Família e de outros programas, como agentes comunitários de saúde, farmácia básica e outros serviços na área da pensão básica.

Então, vocês notem que aqui *(aponta para a tabela)*, dos R\$ 46 milhões que o governo federal repassou no mês de dezembro de 2006 - apenas como referência, porque ele passa isso mensalmente, mas com pequenas alterações -, praticamente, quarenta e poucos por cento são transferidos diretamente para os municípios em gestão plena. No momento, são 21 municípios de Santa Catarina que têm essa condição. O governo estadual, que intermedeia esses recursos para os demais 273 municípios, mensalmente, recebeu em torno de R\$ 19 milhões e 600 mil, somando em torno de R\$ 40 milhões apenas para o financiamento da atenção básica para os municípios.

Depois, nós temos mais duas linhas de financiamento: uma que corresponde aos medicamentos excepcionais, que é gerenciada pelos Estados e pela União e de responsabilidade apenas dos Estados e da União. Mensalmente, o Estado recebeu em torno de R\$ 4 milhões, como em dezembro, e também os recursos para o pagamento do sistema de hemodiálise e das terapias renais substitutivas, os quais os municípios de gestão plena também administram serviços diretamente. Com isso, eles receberam R\$ 1 milhão e 855 mil mensais, e o governo do Estado recebeu R\$ 1 milhão e 237 mil mensais, correspondendo a esse valor, que no final soma em torno de R\$ 46 milhões mensais, que são transferidos pelo gestor federal para os municípios e para o Estado de Santa Catarina.

Transformando esse recurso em produção, vocês podem notar que na produção ambulatorial nós tivemos, no trimestre, em torno de 6 milhões e 640 mil procedimentos ambulatoriais, com um valor apresentado de R\$ 47,5 milhões e R\$ 43 milhões aprovados e transferidos para os prestadores públicos e privados.

Aqui *(aponta para a tabela)*, a divisão de todos os prestadores por tipo de prestador, a sua figura jurídica, mostrando claramente que há uma grande participação dos serviços privados dentro dos serviços ambulatoriais, mas fundamentalmente com predomínio dos prestadores públicos municipais na área da atenção básica.

Na assistência hospitalar, vocês podem notar que nesse trimestre nós tivemos em torno de 97 mil internações, com R\$ 65 milhões em gastos que financiaram essas internações, correspondendo a algo em torno 32.500 internações/mês que são distribuídas para todos os gestores municipais. Depois essas internações são autorizadas para os prestadores públicos, privados ou filantrópicos. Aqui *(aponta para a tabela)*, a divisão por tipo de prestador, mostrando claramente o predomínio do gestor estadual, em torno de 30%, e mais os prestadores privados filantrópicos.

A assistência farmacêutica do trimestre. Foram transferidos para os municípios R\$ 1 milhão e 367 mil, na lógica de R\$ 1,00 per capita/ano dividido em duodécimos, mais R\$ 401 mil às farmácias especializadas, como a de saúde mental, e mais aos medicamentos estratégicos de interesse da saúde pública, como para tuberculose e outras patologias, que foram na faixa de R\$ 116 mil durante o trimestre.

Com relação aos medicamentos excepcionais, é importante salientar que eles têm ressarcimento do gestor federal ao gestor estadual baseado em padronizações de medicamentos de alto custo. O Ministério transferiu R\$ 12 milhões no trimestre, e o custo desse serviço foi de R\$ 20 milhões, o que significa que no trimestre o Estado participou em torno de 40% do total dos valores utilizados para a compra de medicamentos excepcionais. Foram incorporados nos benefícios desse programa 3.435 pacientes novos. E nós temos um rol, porque a maioria desses pacientes tem doenças crônicas, dependem dessa medicação para ter qualidade de vida adequada, sendo um conjunto de 29.500 pacientes com benefício nesse programa, tendo um custo médio/paciente de R\$ 706,00 no trimestre.

Ações judiciais. Nós destacamos isso porque há uma grande pressão sobre a execução orçamentária do SUS.

No trimestre, nós tivemos um gasto de R\$ 12 milhões e 226 mil, ou seja, exigência decorrente de ações judiciais que corresponde a quase mais de 60% do valor total, que são consumidos para as necessidades padronizadas do Sistema Único de Saúde. Apenas 490 pacientes foram incluídos nessa lógica no trimestre, com um total de 2.555 pacientes em atenção sustentados por ações judiciais. Vocês vejam a diferença do perfil desse paciente: por trimestre, eram R\$ 700,00 para cada paciente no sistema normal e R\$ 4.785 para cada paciente que demanda ação judicial ao SUS.

Aqui (*aponta para a imagem*), o Lafesc, que tem autorização para dois medicamentos. Ele produziu 1 milhão e 117 mil comprimidos de hidroclorotiazida, que corresponde a 37 mil tratamentos mensais desse diurético e anti-hipertensivo.

Apenas para dar uma idéia da nossa atenção mais ampla, mais integral, não apenas na prestação de serviços de saúde no sentido de diagnóstico e tratamento, a Diretoria de Vigilância Sanitária, fez um conjunto grande de inspeções no trimestre (aqui, eu vou passar mais rápido). Os interessados podem ver o conjunto amplo de ações que foram feitas que atuam sobre riscos para a saúde pública, incluindo fiscalização de serviços de saúde, de interesse para a população; também um grande conjunto de ações de capacitação para qualificar os gestores municipais na prestação de serviços também na área da vigilância sanitária; e os recursos que em grande parte foram garantidos com transferências federais, que na verdade são ressarcimentos dos serviços prestados pelo sistema de vigilância sanitária, por conta de acordos com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Nos serviços de saúde, os principais investimentos aplicados no trimestre foram a renovação de equipamentos, no valor de R\$ 459 mil; e obras e benfeitorias, no valor de R\$ 7 milhões e 449 mil, grande parte delas vinculadas a obras ainda no Hospital Infantil de Joinville e no setor de urgência e emergência do Instituto de Cardiologia, no município de São José. O nosso programa de modernização de informação integrada e telemedicina consumiu R\$ 317 mil no trimestre; e o material permanente, R\$ 5 milhões, que são os novos equipamentos que foram incorporados ao patrimônio do Estado e transferidos para os serviços próprios.

Aqui (*aponta para a imagem*), a Diretoria de Vigilância Epidemiológica. Também são várias ações, as que têm custo foram levantadas aqui. Vamos fazer a apresentação um pouco mais rápida, mas por gerência dá para ver claramente a amplitude da cooperação técnica que nós temos com os municípios de Santa Catarina em relação às ações de vigilância em saúde.

Ainda temos um conjunto amplo de capacitações, encontros, seminários, atualizações técnicas; uma série de medicamentos transferidos; e na Gerência de Controle de Zoonoses há um grande esforço, agora, para reestruturar isso e garantir cobertura para o risco da epidemia de dengue em Santa Catarina. Nós já temos doentes no Estado do Paraná e temos focos do mosquito da dengue aqui no Estado de Santa Catarina em número bastante significativo.

O Laboratório Central de Saúde Pública realizou 139 mil, quase 140 mil, exames de média e alta complexidade, que são os recursos que foram utilizados no período. Ele também sustenta todo o sistema de diagnóstico do Teste do Pezinho em Santa Catarina.

Aqui (*aponta para a imagem*) é o sistema de auditoria, que abriu 70 processos novos, concluiu 42, encaminhou 15 ao Ministério Público, enviou 5 a órgãos de classe e emitiu 5 cinco notificações, ainda ficando 434 processos em andamento no Sistema de Auditoria Estadual.

Agora, apenas para salientar (a nossa diretora-geral já colocou) alguns destaques rápidos da gestão no período 2003/2006, a fim de mostrar o resultado de uma gestão integrada que se constituiu pela ação de três secretários de Estado nesse período: o secretário Fernando Coruja, deputado federal; o secretário e colega desta Casa, deputado Dado Cherem; e a enfermeira Carmem Zanotto.

Nós mostramos neste gráfico aqui a evolução do orçamento aprovado e executado: em preto é o aprovado e em cor vinho é o executado, demonstrando um incremento significativo de R\$ 600 milhões em recursos próprios para mais de R\$ 900 milhões, como nós vimos em 2006 - incremento de mais de 50% no período.

Aqui (*mostra o gráfico*), o acompanhamento da Emenda Constitucional nº 29. De acordo com o Siops, nós estamos cumprindo a emenda constitucional desde 2003. Os dados de 2006 ainda não estão disponíveis nem analisados pelo sistema do Siops, mas o Estado de Santa Catarina é um dos Estados que, tendencialmente, ampliou mais significativamente o aporte de recursos próprios durante os últimos quatro anos. E, aparentemente, durante o último exercício, o de 2006, também cumprimos a Emenda Constitucional nº 29, que depende de uma regulamentação para que se estabeleça claramente quais são os critérios do gasto em saúde, que é uma discussão que, de certa forma, está envolvendo essa definição do quanto se gasta em saúde por esfera de governo.

Agora (*mostra o gráfico*) uma grande ação que foi feita durante a gestão: a revalorização do funcionalismo público estadual. Pode-se notar que houve recuperação salarial nos três níveis de servidores: nos servidores básicos, nos servidores com escolaridade média e nos de nível superior, com ganhos reais de até 90% para os servidores de nível elementar e de nível médio, e ganhos reais de 50%, recuperando perdas históricas dos últimos 12 anos.

Aqui (*mostra o gráfico*), apenas para confirmar a ampliação do gasto com a folha de pessoal, que passou de em torno de R\$ 200 milhões em 2003 para mais de R\$ 350 milhões em 2006.

Também é importante salientar o número de leitos de UTI em Santa Catarina. Nós fizemos uma grande qualificação da rede hospitalar em todas as regiões do Estado, num plano de reestruturação, com incentivos e recursos estaduais. Praticamente, foram criados mais 157 novos leitos de UTI durante o quadriênio. O Programa Catarinense de Inclusão Social, desde 2004, transferiu recursos para os 56 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Social no Estado, tentando universalizar a Farmácia Básica e o Programa de Saúde da Família, havendo transferências em torno de R\$ 1,2 milhão mensal para esses municípios, com avaliação positiva em relação a indicadores de saúde já realizados.

Quando aos transplantes de órgãos e tecidos, temos a melhor performance do País. O Estado de Santa Catarina, de 6º colocado em 2003, tornou-se o maior captador de órgãos do País e está caminhando para readequar seus sistemas de transplantes, a fim de também se tornar, proporcionalmente, o maior transplantador de órgãos, o que é bastante importante diante do perfil da nossa população, mais velha do que a média dos outros Estados. Isso vai garantir qualidade de vida para as pessoas que necessitam desse tipo de intervenção.

O uso de anti-retrovirais também foi bastante ampliado em Santa Catarina durante a gestão. Isso fez com que pela primeira vez tivéssemos uma redução do número de casos novos da epidemia de Aids em Santa Catarina, e, o mais importante, uma diminuição do número de internações, o que significa que estamos mantendo pacientes com boa qualidade de vida fora do ambiente hospitalar, com menos intercorrências e agudizações do seu processo de doença. Também estamos tentando controlar a transmissão vertical do vírus com a ampliação significativa de maternidades que disponham do teste para ser feito rapidamente durante o trabalho de parto da mãe, o que favorece a utilização de medicamentos de forma mais adequada, diminuindo bastante o risco de os filhos de mães portadoras do vírus contraírem a doença posteriormente.

Aqui (*aponta para a tabela*) os investimentos em obras e reformas durante o período. Foram mais de R\$ 20 milhões investidos na conclusão do Hospital Infantil de Joinville, sendo que os demais investimentos em toda a rede do Estado corresponderam, em ampliação e reforma, na faixa dos R\$ 10 milhões, ou seja, metade de tudo que o Hospital Infantil de Joinville consumiu. Os trabalhos de manutenção da rede consumiram R\$ 8 milhões, e os demais, de pouca monta, mostram claramente a importância que o Hospital Infantil teve durante o nosso período de gestão.

Procedimentos de alta complexidade. (*Aponta para a tabela*.) Fazendo uma avaliação rápida da produção de serviços no período do quadriênio, podemos notar que, além da ampliação global do número de atendimentos, o mais importante a salientar é que a ampliação deu-se fortemente em cima do aumento da complexidade dos procedimentos que se está oferecendo para a população. Vocês podem notar: o número de procedimentos de serviços de alta complexidade é na faixa de 18 milhões anuais, oferecidos para a população durante 2006, o que é bastante significativo quando comparado a quase metade disso em 2003.

Os procedimentos ambulatoriais também cresceram, mas não com a mesma velocidade, o que confirma que estamos ampliando a complexidade dos serviços oferecidos para a população e, ao mesmo tempo, ampliando o acesso aos serviços básicos e de média complexidade.

O valor médio da AIH também confirma a incorporação tecnológica e a complexidade dos serviços. Em 2003, saímos com a AIH média de R\$ 540,00 e hoje estamos com a AIH de R\$ 845,00, o que mostra claramente a ampliação do valor real dos procedimentos oferecidos pela rede hospitalar catarinense.

Eu não vou citar a cirurgia cardíaca porque houve um erro de digitação do número de cirurgias em 2002. Mas, apenas fazendo essa ressalva, é importante dizer que saímos de 2003 com 1.500 cirurgias para mais de 9.000 cirurgias cardíacas oferecidas em grande parte das regiões catarinenses, já que tivemos novos serviços credenciados no oeste e no extremo oeste durante esse período.

A oferta de iodoterapia. Até 2003, transferimos esses pacientes para outros Estados a fim de fazermos esses serviços. Hoje nós estamos oferecendo praticamente toda a demanda do SUS aqui em Santa Catarina.

Por último, apenas para entender que saúde é um conceito ampliado, não apenas tratamento de doenças. Você nota que a transição demográfica que está acontecendo em Santa Catarina mostra que os serviços de saúde são sensíveis a todas as mudanças sociais que ocorrem na comunidade.

Nós tivemos menos 5.000 nascimentos anuais durante o período de 2003 a 2006, o que contribui para nós fazermos uma proporção de envelhecimento maior da população. Mostrando claramente o que isto significa, a diminuição do número de partos é um desafio para reestruturar os serviços a fim de atender uma população cada vez mais envelhecida e com problemas de saúde diferentes do que hoje nós estamos observando na demanda que atendemos. Então, esse é o grande desafio que fica para a próxima gestão.

Nós deixamos à disposição a página da Secretaria de Estado da Saúde, que é o nosso espaço mais democrático de oferta de informações, pois é um conjunto bem maior do que esse de informações e sistemas disponíveis a toda comunidade, especialmente aos gestores e aos prestadores.

Agradeço a atenção dos membros da mesa e dos ouvintes.

O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart) - Obrigado, doutor Flávio, pela apresentação. Essa prestação de contas é muito importante para nós que a acompanhamos e que representamos a Comissão.

Deixo livre a palavra a quem queira fazer alguma pergunta, algum questionamento. Fiquem à vontade. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, a palavra está livre aos nossos convidados.

A querida colega e nossa secretária gostaria de fazer alguma colocação?

A SRA. CARMEM ZANOTTO - Agradeço, na pessoa do presidente, aos representantes aqui (*ininteligível*) do município; e, na pessoa da irmã Enequina, aos prestadores de serviços, à equipe da Secretaria da Saúde e aos usuários, por terem acompanhado essa prestação de contas.

Acredito que na próxima prestação de contas também vamos ter conosco o Conselho Estadual de Saúde já na sua nova composição.

Obrigada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart) - Muito obrigado pelas suas colocações.

Continua livre a palavra. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira se manifestar, a palavra está livre aos senhores deputados.

Com a palavra o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Senhor presidente, cumprimento as pessoas já nominadas e parabenizo o doutor Flávio pela apresentação elucidadora que comprova todo o empenho do governo do Estado nesta Pasta para o atendimento à vida do nosso povo catarinense, o que demonstra que estamos fazendo o máximo possível dentro daquilo que a lei impõe e permite.

Fico muito satisfeito por ter participado dos trabalhos apresentados nesta audiência pública. Parabenizo toda a equipe da Secretaria da Saúde que aqui se faz presente, a dona Rosina, o doutor Ramon, a doutora Carmem Zanotto, enfermeiro e enfermeira iguais à minha esposa.

Estou à disposição a fim de contribuir para que os trabalhos possam melhorar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart) - Continua livre a palavra. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira se manifestar, agradeço a todos os amigos da Secretaria da Saúde pela presença e pelas colocações. Mais uma vez, doutor Flávio, parabéns pela sua explanação.

Muito obrigado pela presença e participação.

Assim, damos por encerrada esta audiência pública que conquistamos e que fez esta união no dia de hoje.

Muito obrigado, que Deus abençoe todos os presentes, e até a próxima reunião.

(*Está encerrada a audiência pública.*)

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARA DISCUTIR OS PROJETOS DE LEI NºS 0002.3/07, 0003.4/07, 0004.5/07 E 0005.6/07, QUE TRATAM DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E BIOCOMBUSTÍVEL, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE CAPINZAL

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Boa-tarde a todos os presentes.

Na qualidade de presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, dou por aberta esta audiência pública no município de Capinzal para debater a questão do biodiesel, dentre as várias que estamos efetuando pelo Estado de Santa Catarina, principalmente no interior, nas áreas mais produtivas, como oeste e o meio-oeste catarinense.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o senhor deputado Pedro Uczai; o senhor Nilvo Dorini, prefeito de Capinzal; o senhor Lido José Borsuk; o senhor Jorge Dresch, secretário da SDR de Joaçaba; o senhor Alcides Mantovani, secretário da SDR de Campos Novos; o senhor José Camilo Pastore, prefeito de Ouro; o senhor Nelson Cruz, prefeito de Campos Novos; e o senhor Moacir Zanluca, presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal, representando os demais vereadores presentes a este evento. (Palmas.)

Gostaria de pedir desculpas a algumas autoridades, pois não há espaço suficiente para acomodar todos à mesa.

Quero registrar a presença do senhor Alcir Denardi, vice-prefeito do município de Luzerna; do senhor Márcio Schütz, delegado da Polícia Civil de Capinzal; do senhor Ludovino Soccol, presidente do Sindicato de Alimentação de Capinzal (Sindcapinzal); do senhor Luiz Carlos Coelho, gerente regional da Epagri de Joaçaba; da senhora Marli Bonissoni, professora da Escola de Educação Básica São Cristóvão, de Capinzal; da senhora Anadir Lanhi, professora da Escola de Educação Básica São Cristóvão, de Capinzal; do senhor Cleber Waltrick, assessor de imprensa da Prefeitura de Ponte Alta; do senhor José Siqueira, presidente da Associação de Desenvolvimento da Microbacia Água, Terra e Vida (ADM); do senhor Marcelo Mantovani, representando o prefeito de Joaçaba Armino Haro Neto; do senhor Moacir Baretta, secretário de Agricultura de Ipirá; do senhor Leonardo Felipe Facin, representando a Cidasc de Campos Novos; do senhor Abelardo Joaquim da Silva, professor da Escola Básica Mater Dolorum; do senhor Danilo Deitos, vereador de Ouro e presidente da Assotrac; da senhora Tânia de Lima, representando o jornal O Tempo, de Capinzal; da senhora Vildes Reck, professora e representante do Ceja (Centro de Educação de Jovens e Adultos) de Capinzal; do senhor Euclides Miazzi, representando a prefeita de Lacerdópolis, senhora Anita de Cas Rossa; do senhor Carlos Alberto Santos, presidente da Apae de Capinzal; do senhor Ivo Antônio Bonato, supervisor da Perdigão, representando a unidade da Perdigão de Capinzal; do senhor Adilson de Souza Duarte, presidente da Associação de Moradores do Loteamento Parizotto; do senhor Oraci de Souza Duarte, presidente do Conselho Tutelar de Capinzal; do senhor Sérgio Favretto, supervisor da Ciretran de Capinzal; do senhor Evandro Vettori, gerente técnico da Cooperativa Rio do Peixe, de Joaçaba; do senhor Andevir Isganzella, professor da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho; do senhor Norival Fiorin, gerente executivo da Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense (Ammoc); do senhor Francisco Dirceu de Araújo, representando a Escola de Educação Básica Mater Dolorum; do senhor Guaraci Álvaro Fanfa, gerente do Banco do Brasil de Capinzal; do senhor Régis Weiser, engenheiro agrônomo da Prefeitura de Luzerna; do senhor Jarles Luis Thoms, representando o CDL de Capinzal; e do senhor Edson Cassiano, secretário municipal de Administração e Finanças de Capinzal.

Eu gostaria de chamar dois empresários para fazerem parte da mesa, o representante da Perdigão, senhor Ivo Antônio, e o Farina, um dos palestrantes no dia de hoje, mas, infelizmente, não há espaço. Peço desculpas por isso.

Também queremos cumprimentar a senhora Zaudile Durigon, professora da Escola de Educação Básica Pedro Vilson Kleinübing, de Capinzal; o senhor Vitor João Faccin, professor da Escola de Educação Básica Mater Dolorum; e o senhor Ademir Belotto, jornalista do jornal A Semana e da Rádio Capinzal.

Queremos agradecer, de coração, em nome do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina, a presença de todos.

(Passa a ler.)

"Biodiesel, energias renováveis, bioenergia e agrocombustível, termos que recentemente passaram a fazer parte do nosso dia-a-dia, mas que, muitas vezes, sem saber exatamente o que significam, imaginamos ser uma realidade distante de nós.

O campo tem condições de produzir alimentos e energia preservando o meio ambiente, desde que a produção de grãos destinados à geração de energia seja uma alternativa à produção de alimentos.

Precisamos debater com a sociedade essa nova alternativa e criar uma nova matriz energética que fique sob o controle da sociedade brasileira e não nas mãos de multinacionais.

Nós temos terra, sol e tecnologia para nos transformarmos em uma potência na produção de energias renováveis. Um pouco dessa tecnologia nós poderemos conhecer aqui hoje, e esse é o motivo pelo qual fizemos questão de trazer este debate para Capinzal.

O meio-oeste de Santa Catarina já se destaca no cenário estadual com a produção agrícola e da agroindústria. Abre-se, agora, uma nova possibilidade de desenvolvimento econômico e de renda, que dependerá do associativismo no campo e de nossa capacidade industrial de gerar mecanismos que auxiliem a produção em grande escala."

Inicialmente, gostaria de passar a palavra ao nosso anfitrião, o prefeito Nilvo Dorini, para fazer a sua saudação inicial.

O SR. PREFEITO NILVO DORINI (Capinzal/SC) - Gostaria de saudar o deputado Romildo Titon e o deputado Pedro Uczai, membros da Comissão de Constituição e Justiça, e agradecer por terem prestigiado Capinzal para sediar mais uma das audiências públicas para discutir o biocombustível, um assunto tão importante e atual, que hoje tanto se fala.

Da mesma forma, gostaria de saudar o senhor José Camilo Pastore, prefeito de Ouro; o senhor Nelson Cruz, prefeito de Campos Novos; o nosso presidente do Poder Legislativo Municipal, vereador Moacir Zanluca; o secretário da SDR de Joaçaba, Jorge Dresch; e o secretário da Regional de Campos Novos, Alcides Mantovani.

Gostaria de fazer uma saudação muito especial a todos os prefeitos, seus representantes, vice-prefeitos, vereadores; ao nosso delegado da Comarca; aos nossos estudantes; aos representantes das cooperativas, de sindicatos, de associações, de clubes de serviços; aos nossos agricultores; aos dirigentes de partidos políticos; enfim, a todos os que se fazem presentes a este encontro de grande importância, até porque Capinzal merecia esta audiência pública em função de termos aqui uma empresa que construiu essa usina de biodiesel - depois teremos a oportunidade de ouvir o empresário e a sua equipe.

Nós já tivemos a oportunidade, juntamente com o deputado Titon, de ver o potencial dessa empresa e o projeto que desenvolveu, já está com a usina pronta - acredito que o deputado Pedro, depois, também possa visitá-la.

Tenho certeza de que Capinzal vai ser uma referência não só para a região e para o Estado de Santa Catarina, mas uma referência em nível nacional, em função da tecnologia aplicada naquela usina. Já tenho informações de que é uma tecnologia correta, atende especialmente àquilo que a lei exige: cuidar do meio ambiente. Por isso, gostaria de parabenizar o Marius e o grupo que está trabalhando nesse projeto pela iniciativa e pela coragem, o que, com certeza, só eleva o nome de Capinzal.

Deputado Titon e deputado Pedro, quero dizer que nos sentimos muito honrados em poder sediar esta audiência pública a respeito desse assunto.

Muito obrigado a todos; que tenhamos muito proveito no debate desta tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Passamos a palavra ao nosso secretário Jorge Dresch, da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL JORGE DRESCH (Joaçaba/SC) - Obrigado, deputado Romildo Titon.

Gostaria de saudar o nosso deputado Pedro Uczai; o prefeito Nilvo Dorini, de Capinzal; o prefeito José Camilo Pastore, de Ouro; o Nelson Cruz, de Campos Novos; o Moacir Zanluca, presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal; o meu companheiro Alcides Mantovani, também secretário regional de Campos Novos; o vice-prefeito Alcir Denardi, de Luzerna e, em seu nome, os demais vice-prefeitos; o Luiz Carlos Coelho, gerente da Epagri da regional de Joaçaba; todos os empresários, a imprensa; e os estudantes.

Quero agradecer a V.Exas., deputados Romildo Titon e Pedro Uczai, por essa distinção ao nosso município, à nossa regional, por realizarem esta audiência pública num momento tão importante, em que se fala muito no meio ambiente. E a preocupação é pertinente, o biodiesel está iniciando. O debate vai ser importante, pois se está iniciando uma nova forma de energia, como fazer, como usar.

Nós também visitamos a empresa do Farina, a quem parabenizo, pois já é o início de alternativas para gerar combustível.

Então é uma preocupação muito grande de toda a região, principalmente do oeste, que produz muito, que produz diversos produtos. As alternativas que nós temos são oriundas da natureza, e é importante que o homem busque novas energias para diminuir o que está degradando o meio ambiente.

Nós sabemos que a região oeste, grande produtora, também sofre muito com isso. É uma região exportadora - basicamente produzimos e mandamos o produto para fora, não é Fiorin? O Fiorin é gerente executivo da Ammoc e sabe exatamente o que os municípios estão perdendo, entre aspas, ou deixando de ganhar, em função de não poderem agregar os produtos.

Parabenizo o Titon e o Pedro por estarem realizando esta audiência aqui na nossa regional, em Capinzal, que é a cidade própria para isso, pois tem essa primeira fábrica de máquinas para energia renovável.

Temos que iniciar um novo ciclo de energia renovável, porque a previsão para o futuro é muito preocupante, e a região oeste tem potencial, tem pesquisadores, universidades, grandes empresas que podem fazer isso.

Parabéns a todos e que esta audiência pública realmente seja um sucesso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Passo a palavra ao secretário regional de Campos Novos, Alcides Mantovani.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL ALCIDES MANTOVANI (Campos Novos/SC) - Cumprimento o deputado Titon e o deputado Pedro, ex-prefeito de Chapecó e parceiro de Fecam, Confederação Nacional dos Municípios. Muitas lutas fizemos juntos, não é, Pedro?

Quero também cumprimentar o prefeito Nilvo, o Secretário Dresch, o prefeito Nelson, o Zanluca, presidente da Câmara, o prefeito Pastore, as demais autoridades, as senhoras e os senhores.

É difícil estar hoje diante de um mundo diferente e não ter a chance de criar oportunidades. Mas aqui nós temos, Farina, a grande oportunidade de desenvolver a nossa região, de desenvolver um sistema sustentável que vem ao encontro da natureza, do meio ambiente, e fazer com que com isso também desenvolva o nosso mundo, o nosso País, o nosso Estado.

Parabéns a você, parabéns a todos os que trabalham nesse projeto e parabéns à Assembléia Legislativa, que tem se preocupado tanto com isso e tem mostrado ao Estado de Santa Catarina que é preciso buscar as alternativas necessárias. Não adianta mais só pensarmos na gasolina, no diesel, temos que cumprir o nosso papel de grandes tratados mundiais, e pessoas como vocês merecem o respeito numa audiência pública como esta, que busca as alternativas.

Quero desejar a vocês uma boa audiência pública. Certamente que buscando com pessoas competentes esses caminhos, o Brasil terá o destaque que merece diante do mundo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Passo a palavra ao senhor Moacir Zanluca, presidente da Câmara Municipal de Capinzal.

O SR. VEREADOR MOACIR ZANLUCA (Capinzal/SC) - Saúdo o deputado Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, e o deputado Pedro Uczai, que muito nos honram com sua presença; todas autoridades da mesa já nominadas pelo protocolo e o público presente, que é muito diversificado, muito heterogêneo - percebemos a importância que a nossa comunidade está dando a esta audiência pública, deputado Titon e deputado Pedro.

Nós, que temos o compromisso de ser o presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal, que somos agricultores e fomos secretário de Agricultura do Município, vislumbrávamos nessa atividade também uma fonte de renda, a geração de renda, a produção de energia, o emprego de novas tecnologias não só para grandes produtores ou grandes empresários, mas, também, para os pequenos produtores e os pequenos empresários da nossa região.

A nossa expectativa se reflete na presença desse público, dos estudantes, dos professores e assim por diante. Posso falar que a expectativa é grande, e esperamos que as cinco audiências públicas e esta em Capinzal - ficamos muito satisfeitos, deputados, por ter sido realizada aqui - que traga realmente excelentes frutos para Santa Catarina.

Santa Catarina é um pequeno trecho da República Federativa do Brasil, comparado a outros Estados, mas grande em criatividade e bons exemplos. Por isso, nós parabenizamos a Assembléia, em nome do deputado Pedro e do deputado Titon.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - O prefeito Nelson e o prefeito Pastore preferem falar no debate, posteriormente.

Quero também, em nome da Assembléia Legislativa, agradecer o professor Mauro, da Unoesc, que gentilmente nos cedeu o espaço para realizarmos esta audiência pública. Sabemos que a nossa universidade - Unoesc - é orgulho da nossa Santa Catarina. Obrigado.

Gostaria de registrar a presença dos alunos da Escola de Educação Básica Pedro Vilson Kleinübing, da Escola de Educação Básica São Cristóvão e da Escola de Educação Básica Mater Dolorum. Muito obrigado pela presença.

Desde que iniciamos os primeiros debates na Assembléia Legislativa sobre a questão do biodiesel e as energias renováveis, o deputado Pedro Uczai foi um dos que, na Comissão de Constituição e Justiça, liderou esse movimento. Ele é autor de diversos projetos que estão em debate na Assembléia Legislativa sobre a questão da regulamentação da produção do biodiesel e outros que irá expor agora.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, para colocar as suas posições.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Primeiramente, os meus cumprimentos a todos.

Quero, inicialmente, cumprimentar o deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa e, de forma muito sincera, agradecer-lo pela sensibilidade e pela compreensão da importância de sair da própria Assembléia e vir às regiões discutir um tema tão importante para Santa Catarina e para o Brasil: o meio ambiente e as energias renováveis.

Quero fazer, em nome de todos os deputados da Assembléia Legislativa, um agradecimento sincero ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, pela compreensão e sensibilidade em viabilizar essas cinco audiências públicas, uma delas aqui em Capinzal.

Numa das conversas com o deputado Romildo, apresentamos os três grandes objetivos para a realização dessas audiências públicas.

Primeiro, vamos expor os projetos que estão tramitando na Assembléia Legislativa para que a sociedade tome conhecimento e possa posicionar-se a favor, contra ou aperfeiçoando-os.

O segundo objetivo era buscar caminhos, instrumentos e subsídios financeiros, nos espaços do próprio governo federal, com a Petrobras, a Eletrobrás e a Eletrosul, por exemplo. Três grandes estatais nacionais que estão vendo e percebendo essa política pública de energias renováveis.

Na segunda-feira, infelizmente, os aviões não pousaram em Chapecó em função do tempo e não tivemos a presença da Eletrosul, da Eletrobrás e da Petrobras. Essa teria sido a primeira oportunidade de Santa Catarina ver assinados convênios e protocolos, dessas três estatais, de financiamento de recurso público a fundo perdido para as políticas de biocombustível e biodiesel.

Vamos ver se teremos outra oportunidade para eles virem assinar e para que todo o Estado possa perceber como essas estatais que estão promovendo no Rio Grande do Sul subsídios para projetos na área do biocombustível e etanol.

O terceiro objetivo da realização dessas audiências públicas é ver que experiências locais estão ocorrendo na área de produção, tecnologia e industrialização do biodiesel, biocombustível ou energia renovável.

Em Criciúma tivemos a experiência extraordinária da Epagri, através do Crispim, mostrando na área de etanol, da cana-de-açúcar a produção de álcool.

Em Rio do Sul, tivemos a segunda audiência pública e a oportunidade de visitar uma destilaria de álcool que está produzindo e, hoje, já está montando uma estrutura na Avenida Paulista, em São Paulo, com escritório para divulgar a tecnologia catarinense de Rio do Sul.

Em Abelardo Luz, tivemos a terceira audiência pública. Lá eles têm experiência na produção de girassol e, neste momento, estão produzindo óleo comestível de girassol e começando a produzir biodiesel.

Estivemos visitando, há poucos dias, Frei Rogério, onde está se produzindo uma máquina com esperança de transformar girassol em biodiesel.

A escolha de Capinzal tem a perspectiva de também trazer a alegria do empresário que está ousando (e isso é ousadia mesmo!) construir uma tecnologia alternativa numa das possibilidades da biomassa de gordura para produzir biodiesel.

Em São Miguel do Oeste também fecharíamos uma audiência. Foi escolhido lá porque tem uma organização e já foi constituída uma cooperativa para produzir, industrializar o biodiesel, ou etanol, para comercializar diretamente com a Petrobrás, utilizando incentivos tributários que hoje estão colocados na Legislação federal, que permitem produzir a partir da agricultura familiar um desconto tributário com o selo social. Isso é muito importante para viabilizar a agricultura familiar e a alternativa do biocombustível e energias renováveis.

Então, eu só quis explicar o porquê desta audiência pública aqui em Capinzal.

Quero cumprimentar todos vocês; os professores; os estudantes; os empresários; todas as lideranças presentes; os prefeitos; a prefeita de Capinzal; o prefeito de Ouro; o prefeito de Campos Novos; os secretários regionais, Dresch e Mantovani, que fomos colegas na pequena oportunidade em que fui prefeito de Chapecó e ele era presidente da Fecam, depois ocupei esse espaço também na presidência e sucedi o Mantovani na Federação Catarinense dos Municípios.

Cumprimento também o presidente da Câmara de Vereadores e, em seu nome, todas as lideranças que estão neste plenário.

Não poderia deixar de cumprimentar o Zé Mauro, que dirige a Unoesc. Eu tive a grata satisfação de ser pró-reitor de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação da Unoesc, no *campus* de Chapecó e participei de vários eventos na universidade em que atuo há 21 anos como professor universitário.

Sintam-se todos cumprimentados.

Eu vou expor a síntese dos cinco projetos de lei e depois passar a possibilidade da experiência concreta aqui do empresário. Logo após, o Lido Borsuk, que está terminando o mestrado na Universidade Federal e é técnico especializado nessa área de energias renováveis e biocombustíveis, que tem desenvolvido pesquisa especificamente nessa área, poderá fazer uso da palavra, antes do plenário. Depois das perguntas, dos questionamentos, ele está à disposição para as respostas técnicas e científicas de todo esse debate.

Trouxemos algumas cartilhas para distribuir para os membros da mesa e para o plenário.

O primeiro projeto de lei que apresentamos na Assembléia Legislativa é para constituir um comitê gestor no Estado de Santa Catarina. Esse comitê gestor tem representação paritária do governo do Estado, através das empresas Cidasc, Epagri, Fapesc, que é o Centro de Pesquisa do Estado de Santa Catarina, Secretaria da Fazenda e Desenvolvimento Econômico Sustentável, ou seja, essas secretarias têm representação neste comitê, e a sociedade civil, os empresários, as entidades, as cooperativas de trabalhadores que vão organizando os agricultores, as entidades sindicais também têm representação neste comitê. A sociedade civil e o governo poderão compor esse comitê gestor para pensar uma política pública no Estado de Santa Catarina.

O segundo projeto de lei propõe a constituição de um fundo financiador que vai apoiar financeiramente esse programa de biocombustível e biodiesel em Santa Catarina.

O terceiro projeto de lei, que é o coração desse programa, dessa política pública aqui no Estado, e nessa cartilha que vocês vão ter acesso tem o terceiro projeto que cria um programa de produção, industrialização e comercialização.

Eu, sinceramente, digo para vocês que não acredito no futuro da agricultura familiar na área de biodiesel, biocombustível, energias renováveis se não tiver a preocupação de não só produzir a matéria-prima, mas de industrializar e agregar valor a ela, porque, senão, o Estado de Santa Catarina incentivará a produção de matéria-prima de outros Estados, que industrializarão, agregarão valor, renda e tributo.

Nós temos a convicção de que o futuro da discussão, o futuro para os agricultores familiares da área de energias renováveis passa, necessariamente, pela produção e industrialização. Por isso, hoje, quando se traz aqui, experiências de tecnologias desenvolvidas para agricultores de pequenas propriedades e assim por diante, é a perspectiva de produção e industrialização.

Algumas regiões, na industrialização, estão constituindo cooperativas, nas quais os agricultores produzem a matéria-prima. No Rio Grande do Sul, a Cooperbio produz a matéria-prima, por exemplo, cana-de-açúcar para produzir etanol, mas estão construindo uma cooperativa para industrializar o etanol. De que forma? Produzem, tiram e fazem toda a industrialização na sua propriedade, destinam para uma parte centralizada que irá industrializar para obter o padrão de 96 graus de álcool do etanol, para que seja vendido e comercializado em forma de combustível. Então, a produção, a industrialização e a comercialização.

O que estamos discutindo nesse terceiro projeto? Produzir, industrializar e comercializar. Por que a insistência da Petrobras ter que vir às nossas audiências públicas como viria para São Miguel? Porque ela tem que garantir a compra desses produtos. Portanto, tem que assessorar tecnicamente para que haja comercialização do biodiesel, do biocombustível ou do etanol. Nessa assessoria, nesse acompanhamento, a Petrobras poderá comprar o biodiesel, o biocombustível ou o etanol. É nessa direção que nós acreditamos. Por quê? Porque, em muitos momentos, criamos ficção, ilusão na cabeça dos agricultores, dizendo que criar escargô era a solução, criar bicho-da-seda era a solução, criar peixe era a solução, ou, como no oeste, cultivar laranja era a solução. Eu ouvi um técnico dizer: plante laranja que daqui a três anos, quatro anos, vocês ficarão do lado do pé sentados tomando chimarrão e o dinheiro vai cair das laranjeiras! Plantaram e depois de três anos, quatro anos, colocaram os tratores para destruir as plantações, porque iludiram os agricultores! Iludiram os agricultores!

Portanto, discutir biodiesel, biocombustível, energia renovável, não pode ser um debate de que é a salvação da lavoura. Pode-se discutir como mais uma alternativa. E como ela vai se transformar em alternativa? Produzindo, industrializando e garantindo a comercialização.

No caso da comercialização, informo a vocês que a Legislação federal já garante que produzido o biodiesel, biocombustível, girassol, etanol, de pequenos agricultores terá desconto tributário. Se a empresa comprar de agricultor familiar ou se a cooperativa comprar do pequeno agricultor, terá desconto tributário. Por exemplo, de mil litros que hoje um grande empresário paga, produzindo na grande empresa, R\$ 218 de tributos, na pequena agricultura, pagaria R\$ 70. E, dependendo da situação, pagaria zero real com selo social. Então, terá o selo que permite o desconto tributário para produção dos agricultores de pequeno porte, que são até 30 mil litros/dia. Portanto, não é tão pequeno assim. É uma boa produção.

Se nós pegarmos o etanol, 5 hectares precisam para produzir em torno de 30 mil litros/dia. Se fosse girassol, 30 hectares por dia de colheita precisam para produzir em torno de 900 a 1000 litros/dia. Pegam-se 2.000kg, 2.200kg, 2.500kg por hectare, e tem a torta que precisa ser utilizada para ração animal, como em algumas regiões o girassol está servindo também para produção de mel. Associar torta para ração animal ou biodiesel, tanto para óleo comestível como para transformar em biodiesel extraído a glicerina e misturando o etanol, que vira o biodiesel.

Sinteticamente biodiesel é isso: é extraída a glicerina, mistura um pouco de etanol, tem o biodiesel num óleo comestível na área das chamadas oleaginosas. Então, essa é a perspectiva de produzir, industrializar e comercializar. E aí tem que entrar a Eletrobrás, a Eletrosul e principalmente a Petrobras para garantir a compra desses produtos para não iludir ninguém.

A segunda discussão desse programa, no projeto 3, é produzir alimento de um lado e energia renovável de outro. Não acreditamos que o agricultor produzindo só um tipo de produto seja a solução e o futuro dele, tanto é que limitamos até 50% da área cultivada, na propriedade, para produzir biodiesel e biocombustível, e o restante para produzir alimento.

E o deputado Titon leu aqui, no início, o que motivou a audiência pública. Qual será o futuro do Brasil, é só produzir energia? E quem produzirá alimento? Vai ser uma grande tragédia construirmos um País só produzindo energia, porque a maior parte dos países do mundo, onde só produz petróleo, 10% são ricos e 90% são pobres, pega a Bolívia, a Venezuela, o Iraque e o Oriente Médio, porque poucos concentram a alta tecnologia. E a maior parte, a classe pequena e média, não faz absolutamente nada, a não ser servir de mão-de-obra para essas grandes refinarias de petróleo, ou não produzem alimentos nessas regiões.

Defendemos a tese de que tem que produzir alimento de um lado e energia renovável de outro. Em Santa Catarina, pela característica que tem de pequena propriedade, a tragédia será maior se os técnicos e os políticos incentivarem, porque agora a única salvação da lavoura é produzir biodiesel, biocombustível ou etanol etc.

Passei dois anos estudando, fiz meu mestrado e doutorado sobre a energia hidrelétrica, estou assessorando projeto de biogás de dejetos de suínos e energia solar. E agora, estamos nos especializando na área de biocombustível.

E na área de dejetos de suínos, só vou abrir um parêntese aqui, dia 1º de outubro vamos, pela Comissão de Economia, realizar um seminário estadual, que vai ter a abrangência do Sul do País, em Chapecó com a participação da Embrapa e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vamos apresentar um projeto para viabilizar não só biodigestores. Eu estava vindo para cá quando um agricultor de Concórdia ligou para mim, temos que fazer com que todos os dejetos de suínos sejam uma alternativa ambiental, sim, mas que seja uma alternativa econômica transformada em energia elétrica, e toda essa energia de dejetos suínos entre na rede de eletricidade, assim como tem na China e na Alemanha.

Hoje, na Alemanha, tem um fundo que subsidia toda a compra de 100% da energia elétrica que é produzida pelos agricultores e que entra na rede de eletricidade. Das concessionárias de eletricidade, queremos, em Santa Catarina, resolver o problema ambiental dos dejetos de suínos, resolvendo o problema ambiental e econômico. É ilusão imaginar que só resta para o agricultor resolver o problema ambiental, tem que fazer com que o agricultor busque uma alternativa econômica, além da resposta ambiental aos dejetos de suínos, estou convencido disso.

E vamos fazer só um seminário, porque não temos condições de trazer o pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Cope, que é a melhor experiência do Brasil, se não da América Latina na área de energia. E eles estarão aqui com o Luiz Pinguelli Rosa, que é o ex-presidente da Eletrobrás, que fará a exposição e a convicção técnica e científica dessa alternativa também para a nossa região oeste de Santa Catarina. Então, fecho esse parêntese e vou concluir minha fala.

O quarto projeto de lei propõe o incentivo fiscal para quem consumir o biodiesel 100%, chamado B100. Porque a partir do ano que vem todos os caminhões tratores ou quem usar *diesel*, de origem fóssil ou de petróleo, 2% terá que ser de biodiesel; e a partir de 2012, será de 5%, chamado de B2 e B5. Estamos propondo que todos os que usem caminhões, máquinas e que paguem o IPVA de, por exemplo, 2% nas camionetes, passem a pagar 1% de IPVA; e dos caminhões e ônibus que pagam 1%, passem a pagar 0,5% de IPVA, desde que utilizem o B100 (biodiesel 100%), ou seja, é um estímulo para consumir com o incentivo fiscal.

Em quinto lugar, cria um selo de Santa Catarina, SC-BIO. Santa Catarina tem que ter a marca da agricultura familiar, da industrialização do biodiesel, com a marca SC-BIO (Santa Catarina-BIO). Teria a marca do biocombustível, do biodiesel, do etanol aqui de Santa Catarina, com o selo catarinense, com o selo de qualidade do biocombustível SC-BIO, para a perspectiva da visibilidade e a marca catarinense dos biocombustíveis. Então, são cinco projetos que estamos discutindo.

O Brasil é diferente de outros países ricos do mundo, desenvolvidos, que tem pouco sol. Se pegarmos os países hoje, tanto a Europa quanto os Estados Unidos têm pouca quantidade de sol, são os países temperados, diferentes do país tropical. Nós estamos entre os dois países com maior quantidade de sol do mundo.

Com exceção da energia atômica, geotérmica e da maré, todas as outras energias vem do sol. Ou seja, 98% ou 99% das energias do mundo vêm do sol. E temos uma das maiores quantidades de sol do mundo, porque temos durante o dia, por longo tempo do ano, sol neste país. Temos sol, temos sol, temos água - 15% a 20% da água no mundo temos aqui no Brasil.

Na área do etanol e em outras áreas temos a melhor tecnologia do mundo. Não tem nenhum país com a melhor tecnologia na área do etanol que o Brasil. Por isso, agora, na esteira disso, pode ser também na área de biodiesel e biocombustível.

Se pegarmos o comparativo entre o milho que se produz e o custo nos Estados Unidos para virar etanol e a cana-de-açúcar aqui, não tem a vantagem comparativa que temos aqui no Brasil. E no caso do etanol e da cana-de-açúcar, tenho convicção que poderá ser uma das alternativas para os pequenos agricultores. Porque, aprendendo com os usineiros, quando dá bom preço do álcool, mexe lá na máquina, faz álcool 96%; se a cachaça está boa, deixa a gradação em 39 e 40, vende cachaça.

Podem ter certeza de que em 20 anos a cachaça brasileira será mais comercializada no mundo inteiro que o uísque hoje. Em 20 anos vamos exportar mais cachaça do Brasil para o mundo do que hoje se divulga e se comercializa o uísque no mundo, pela consequência da cachaça no organismo e do uísque.

Em terceiro lugar, faz açúcar mascavo. Hoje se exporta para o mundo inteiro (várias empresas estão produzindo) o açúcar mascavo. Vê o preço. No mesmo lugar que produz açúcar mascavo, produz a cachaça ou o álcool - com um pequeno laboratório percebe-se a gradação alcoólica da produção da cana-de-açúcar.

Têm regiões no Estado, por exemplo, no sul do Estado, que já tem a experiência da cana; e no litoral teremos três grandes usinas de álcool, em torno de sessenta a oitenta milhões cada uma. Uma empresa de Joinville irá instalar três grandes usinas de álcool no litoral, ou médias, porque hoje as usinas que produzem um milhão/ano já estão discutindo quatro milhões e meio/ano de litros por usina e estão se fazendo gigantes também. Nós não queremos isso para Santa Catarina, podemos ter pequenas e médias destilarias, pequenas e médias empresas de biodiesel, pequenas e médias ou em forma cooperada, ou por empresários daqui da região. Então, é nessa direção.

O Brasil tem o melhor potencial do mundo para produzir energia renovável, biocombustível, biodiesel e outros produtos de energia de origem animal. Temos grandes produções aqui no Brasil como outros tipos de biomassa, mas temos que ficar com a terra para nós. Olhem o que estou falando: os brasileiros têm que ficar com a terra para os brasileiros, porque os estrangeiros já estão comprando as nossas terras no Brasil.

Segundo, os brasileiros têm que ser donos das empresas, porque os estrangeiros já estão comprando as nossas empresas. E essa semana, quem leu a CartaCapital, nos últimos três capítulos sobre energia, percebeu que os grandes grupos mundiais, que não tem nada a ver com energia renovável, estão comprando as terras, as usinas e fazendo fusões mundiais para usufruir da nossa natureza, do nosso solo, da nossa tecnologia e da nossa riqueza. Fazendo fusão como? Pegando a nossa tecnologia e eles entram com os dólares, com o dinheiro. E se não cuidar, em pouco tempo vamos ser os fornecedores de mão-de-obra para transferir o biodiesel, o biocombustível e energia renovável para o mundo dos ricos e nós vamos ficar com as sobras.

Por isso é sério, profundo e necessário este debate. E nós, aqui em Santa Catarina, temos que ficar com as empresas, os investimentos, a tecnologia, os nossos *royalties*, porque em algumas áreas os *royalties* são estrangeiros - a renda, o dinheiro, ficar para o Brasil.

Estou convencido que, desses projetos que estamos discutindo na Assembléia Legislativa, temos que produzir, industrializar, comercializar e garantir que a Petrobras compre das pequenas empresas que têm 30 mil litros/dia, 50 mil, 200 mil e não só daquelas de milhões. E essa é a nossa luta, é a luta da Assembléia, é a luta dos dirigentes políticos da região, é a luta de vocês, para que se faça dessa política uma política que gere renda para os agricultores, dinheiro no bolso para aqueles que deixam o dinheiro na região gerando empregos aqui, porque senão vamos exportar a matéria-prima e os jovens juntos. Nós temos que deixar os nossos filhos aqui e deixar que agreguem os valores aqui e industrializar tudo aqui.

Diferente do petróleo, diferente da energia fóssil, hoje se produz biodiesel com pouco custo, com tecnologia barata, se compararmos uma refinaria que tem um custo de um bilhão de dólares com uma refinaria de biodiesel quem sabe a 20 mil, 30 mil, 100 mil, 200 mil, 2 milhões, 3 milhões, 5 milhões ou alguns milhões. Portanto, a tecnologia é muito mais barata. Uma destilaria de álcool em Rio do Sul custou R\$ 25 mil para produzir mil litros/dia. Agora vão colocar marca na empresa gerando um custo maior. O Crispim, da Epagri, desenvolveu uma destilaria que gera mil litros/dia por R\$ 35 mil.

Isso é para vocês terem idéia de como, a um baixo custo, podemos desenvolver a tecnologia na área de biocombustível, de biodiesel.

Obrigado pela oportunidade, e devolvo a palavra ao deputado Romildo Titon. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado Pedro Uczai, grande estudioso nessa área, que tem feito brilhantes palestras na Assembléia Legislativa com relação a isso, autor de vários projetos que ele colocou aqui e que estão sendo analisadas a constitucionalidade e a legalidade na nossa Comissão de Constituição e Justiça. Depois vão para as Comissões de Mérito, em seguida para o Plenário e posteriormente à sanção ou veto do governo do Estado.

Eu quero registrar a presença de mais algumas autoridades, como do vice-prefeito de Capinzal, senhor Leonir Boaretto; dos vereadores de Capinzal, Itacir Massocato, Valdelir de Souza e Carlos Adriano Zoccoli; da senhora Neide de Matos Caliarí, presidente da Associação de Moradores do Bairro Verde-Vale, de Capinzal; do senhor Gilmar João Tiepo, representando a Escola de Educação Básica Frei Crispim, de Ouro; e do senhor Mauro Maurício da Silva, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

Para aqueles que chegaram depois, gostaria de colocar as regras da nossa audiência pública: posteriormente abriremos para debate, e as pessoas que desejarem falar vão ter oportunidade. Convoco a nossa assessoria para que fique à disposição para auxiliar aqueles que queiram fazer alguma pergunta por escrito, ou mesmo aqueles que queiram se inscrever para, posteriormente, fazer algum questionamento ou nos abrirem com algumas sugestões.

Passamos a palavra ao grande empresário Farina, diretor-proprietário da Fast, que está fabricando uma das máquinas para produzir o biodiesel e que também vai produzir o próprio biodiesel aqui no município de Capinzal, fazendo com que o centro das atenções do Estado, nesses termos, passe pelo nosso meio-oeste catarinense.

Quero, desde já, parabenizar o nosso grande empresário Farina, ao qual a Assembléia Legislativa teve a oportunidade, recentemente, de outorgar uma das medalhas mais importantes do Estado, como um dos empresários que está fazendo sucesso na nossa grande Santa Catarina.

Com a palavra o senhor Marius Juliano Farina.

O SR. MARIUS JULIANO FARINA - Quero cumprimentar as autoridades que compõem a mesa, as demais autoridades, as senhoras e os senhores; agradecer a oportunidade que a comissão organizadora nos dá de fazermos o nosso pequeno comentário e de darmos a nossa opinião a respeito de biodiesel; agradecer ao deputado Romildo Titon e ao prefeito Nilvo Dorini pelo empenho e pela camaradagem em levar o nome da nossa empresa por Santa Catarina afóra; e pela premiação que nos foi dada também na Assembléia. Essa é uma conquista não da pessoa Farina, mas, sim, de uma equipe que trabalha em função de um objetivo, que é o de tornar a nossa empresa grande, de renome nacional e internacional, e com produtos de alta qualidade. (*Passa a ler.*)

"Acreditamos que a utilização de biocombustíveis é uma opção para darmos melhor condição de vida ao nosso planeta.

Se a partir de hoje fosse trocado plenamente o uso do petróleo por biocombustível, teríamos alguns ganhos. Por exemplo, se um navio petroleiro vaza no mar, o impacto ambiental é de grande proporção; se este navio estivesse com biocombustível, que é biodegradável, esse impacto seria bem menor.

A emissão de enxofre pela utilização de combustível vindo do petróleo diminui diariamente a camada de ozônio, e a utilização do biocombustível não contribui para esta diminuição. Por isso, a substituição do combustível fóssil pelo biocombustível pode resultar em crédito de carbono para quem o faz. As guerras e o terrorismo, principalmente nos países do oriente, tenderiam a diminuir sensivelmente caso o petróleo não se mostrasse mais interessante ao mundo.

O Brasil se torna nesse contexto um país privilegiado, pois as suas dimensões são continentais.

Numa visão futura, em que o nosso país se tornaria um grande produtor de biocombustível, acreditamos que teríamos algumas mudanças no meio agropecuário, sendo elas: novas culturas deverão ser desenvolvidas para se ter três safras por ano e não apenas uma de milho ou soja, e no inverno cobertura de solo (nabo forrageiro, aveia, trigo). Com três safras por ano teremos uma oferta de proteína vegetal (farelo ou torta), três vezes maior do que se tem hoje. Com isso temos condição de ampliar nossa demanda de produção de proteína animal, num custo mais barato, aumentando também nossa capacidade de consumo interno e de exportação de proteína animal.

Acho conveniente esclarecer que apenas uma parte do grão pode se transformar em biodiesel, que na soja representa em torno de 12% para esmagamento a frio e 20% com a utilização de solvente.

Então, temos plena consciência que da utilização de grãos comestíveis para obtenção de biocombustível, não implica em menor demanda de alimento para consumo humano e animal, pelo contrário, como citamos antes, haverá maior oferta de proteína vegetal no mercado para ser transformada em alimentos. Como a terra será utilizada o ano todo no cultivo, a criação de gado deverá ser através do sistema de confinamento e integração.

A Fast acredita plenamente que a utilização do biocombustível veio para ficar, porque a humanidade quer aumentar a vida útil do nosso planeta.

Há dez anos, através do nosso cientista Carlos Covalski, estamos desenvolvendo uma usina que seja esta se mostrando ecologicamente correta, na qual salientamos três diferenciais que credenciam este nome, que são: não geramos efluente, não necessitamos de caldeira para aquecimento do reator e o nosso processo é contínuo e pode rodar o ano inteiro sem parar.

Tivemos oportunidade de mostrar o nosso projeto para a Petrobras, na cidade do Rio de Janeiro, o que resultou na visita à nossa empresa de dois cientistas e o engenheiro responsável pelo Programa Biodiesel no Brasil, da Petrobras. Para nós foi muito importante, pois demonstrou que o nosso conceito de produzir biodiesel tem fundamento, estamos no caminho certo.

Estamos em fase de análise em laboratórios credenciados, um deles é o IPT, para certificar nosso biodiesel como B100, ou seja, poderá substituir em 100% o uso do diesel. Obtendo esse certificado, que deverá atender a norma ANP 42/2004, brasileira, e a norma E DIN 51606, alemã, o biodiesel produzido em nossas usinas poderá ser exportado para o mundo inteiro.

Alguns requisitos deixam em dúvida ainda a definição da propagação de venda de usinas e do próprio biodiesel. Na nossa experiência, nas negociações com os empresários, sempre se depara com esse ponto e pouco se pode avançar.

A isenção de impostos se dá somente para uso próprio, cooperativas, transportes, transportadoras. Ou seja, quem faz o biodiesel para uso cativo, para ele mesmo, não paga impostos.

A venda do biodiesel para a Petrobras, em muitos casos, torna-se economicamente inviável se não houver isenção dos impostos para as usinas. Como a Petrobras é a única credenciada a vender para as distribuidoras, acreditamos que a taxação de impostos deveria ser da Petrobras para as distribuidoras - hoje ocorre dupla taxação, da usina para a Petrobras e da Petrobras para a distribuidora. Se o governo se alertar para isso, realmente conseguirá aumentar gradativamente a mistura de biodiesel no óleo diesel.

Outro ponto de tributação muito importante que mexe inclusive com pequenos produtores rurais é o fato de, se alguém quer montar uma usina para prestar serviço a pequenos agricultores, em que esse agricultor leva a quantia de grão necessária para fazer o seu óleo diesel para o ano inteiro e assim pagar só pela prestação de serviço, essa prestação de serviço não está contemplada na classificação fiscal de prestação de serviço. Então, o valor, terá que ser emitida uma nota fiscal destacando o ICM, destacando todos os impostos - e isso prejudica o sistema.

A Fast está investindo, através da empresa recém constituída, a Farina Agroindustrial, uma usina de biodiesel, acoplada a ela uma fábrica de ração para servir de demonstração de que o projeto é viável e tem condições de ser posto em prática. Foi comprado também um pequeno pedaço de terra no município de Ponte Serrada, onde estão sendo feitos experimentos com algumas oleaginosas também.

Para finalizar, solicitamos aos políticos que se empenhem quanto ao trabalho de avaliar os impostos, pois esse é o principal motivo de não ter ainda uma grande explosão de investimentos para a produção de biodiesel, eis que os empresários brasileiros costumam responder rapidamente quando o governo traça metas e os apóia.

Vemos que o maior produtor de biodiesel hoje, que é a Brasil Ecodiesel, teve R\$ 3 milhões de prejuízo no primeiro semestre. Vemos também que, só no nosso caso, estamos mais ou menos com umas 500 propostas de usina de biodiesel. E a maior indefinição do cliente é a parte de impostos, porque se for feita planilha de cálculo não se consegue driblar do econômico. Porque uma vez o preço do óleo de soja é baixo, R\$ 0,27; e hoje se paga R\$ 1,90, mais caro do que o próprio óleo diesel.

Então, a tendência é que se faça o esmagamento e daí se processe o óleo, mas tem-se que pôr um valor agregado no óleo como se fosse vender. Até aí a coisa vai, agora quando põe os impostos junto, torna-se inviável".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Há alguém que queira fazer alguma colocação, alguma pergunta? Está aberto o debate.

Enquanto as pessoas planejam as perguntas, vamos passar a palavra ao Lido José Borsuk, técnico que está fazendo mestrado na Universidade Federal sobre agroecossistema e que tem auxiliado a Comissão de Justiça em todas as audiências públicas sobre esse assunto.

O SR. LIDO JOSÉ BORSUK - Boa-tarde a todos e a todas. Primeiramente gostaria de dizer que é um prazer enorme estar aqui neste plenário tão representativo - isso é muito importante -, e também gostaria de agradecer à Comissão de Justiça, ao deputado Titon e ao deputado Pedro Uczai por propiciarem esta oportunidade.

Vou falar principalmente das fontes renováveis de energia a partir da biomassa. Não vou entrar no debate de energia eólica, energia solar, porque acho que é uma realidade um pouco mais distante de Santa Catarina, certo?

(Procede-se à projeção de imagens.)

Este gráfico mostra onde nós estamos. A linha amarela, que data de 2000, demonstra não só a produção de petróleo no mundo, mas o conjunto de todas as energias, e podemos ver que aqui no alto, próximo dos anos 2050, 2100, está demonstrada qual será a parcela de cada fonte de energia. E a biomassa moderna, que estamos discutindo aqui, vai representar em torno de 35% a 40% da energia consumida no mundo. Antigamente era a lenha, mas agora não é mais: será o biocombustível, o biogás e assim por diante.

Nesta tabela temos a composição de energia produzida no mundo, com o petróleo liderando com uma grande vantagem. E observamos que as três primeiras fontes são derivadas de petróleo, mostrando que há uma maior dependência dessa fonte energética.

Aqui o gráfico demonstra as reservas de energia no mundo. Temos uma enorme quantidade de energia disponível, que são as energias renováveis, e na parte de cima do gráfico temos as reservas naturais: gás natural, petróleo, urânio e carvão. Então, são poucas as reservas e dentro de pouco tempo teremos sérios problemas de energia. O Brasil e o mundo inteiro crescem, temos acompanhado na China uma explosão de crescimento de 20% ao ano, a base de carvão. Isso traz conseqüências dramáticas para toda a humanidade.

Aqui nós estamos chamando de civilização da biomassa (*aponta para a tela*), porque o futuro da energia, necessariamente, passa pela biomassa, pelo menos nos próximos cinquenta ou sessenta anos ou até terem novas fontes de energia. E nós temos aqui, como o deputado Pedro falou, os elementos principais: sol, terra, água e muita gente competente e capaz de trabalhar.

Podemos ver que da matriz energética brasileira, a energia que vem da biomassa e da eletricidade corresponde a 41%, está aqui em cima (*aponta para o gráfico*), e a que vem do petróleo e derivados corresponde a 43%.

O deputado Pedro falou uma coisa muito importante aqui, e para isso eu quero chamar a atenção de vocês: por que o Brasil está numa posição estratégica e por que os países da União Européia, por que os Estados Unidos - esteve aqui o Busch - e por que um monte de empresários visitaram o Brasil? Justamente porque estamos entre o Trópico de Capricórnio e o Trópico de Câncer. Estamos numa posição privilegiada, porque é nesta faixa azul (*aponta para o mapa*) que se produz a maior parte de energia no mundo, é onde o sol é mais forte e aparece o ano inteiro; já nestas outras partes (*mostra outra parte do mapa*) o gelo predomina em boa parte do ano. Então o Brasil ocupa uma posição muito privilegiada, demonstrando o potencial energético que tem através da biomassa, como também parte da África e da Austrália.

Quero chamar a atenção de vocês para essa transparência. Aqui fizemos um levantamento das diferentes fontes de energia, e como já falei vou trabalhar a biomassa, ou seja, a energia de origem vegetal e animal. Separei em três grandes grupos: o primeiro grupo de fonte de biomassa é o que vem da gordura animal (sebo e banha); o segundo grupo, que é o principal e que o Brasil tem mais disponível, é o que vem dos vegetais, e dentro destes temos os subgrupos dos óleos (girassol, soja, palma, canola, pinhão-manso, amendoim, óleo de fritura), do etanol (cana-de-açúcar, milho, mandioca, beterraba, trigo, sorgo) e dos resíduos florestais (galhos, serragem, restos de lavoura).

É interessante dizer que em relação ao etanol, no Brasil ele se origina principalmente da cana-de-açúcar, e nos Estados Unidos é do milho. E aqui uma grande novidade, que temos que olhar com muito carinho: o caso da mandioca. Lá na frente vamos ver uma transparência que demonstra quanto a mandioca produz por hectare, e duvido que quando um agricultor souber ele não saia a plantar mandioca, porque ela produz muito álcool, muito mais álcool que a soja e o biodiesel, está certo? E também tem a beterraba, que é mais usada na Europa por ser uma região de clima mais frio. Os resíduos florestais também, têm um potencial enorme que precisa ser explorado.

Outro grupo de fonte de biomassa é o do biogás, que vem da fermentação de matéria animal e, principalmente, vegetal, e muito de esterco suíno, de dejetos de indústrias, de lixo e de aterro sanitário. O nosso Estado tem um potencial enorme para gerar energia, principalmente porque temos muitos suínos, por isso temos que aprofundar o debate de como os nossos produtores de porco podem aproveitar melhor o gás, o potencial de energia na sua propriedade.

Os biocombustíveis estão disponíveis na natureza em três estados: o sólido, a madeira é uma delas; o líquido, que é a grande maioria e de fácil armazenamento e transporte; e o gasoso, que é o biogás que acabei de falar.

Esta tabela (*aponta para a imagem*), que fala do custo de produção do etanol, é extremamente importante, porque mostra o porquê de todo mundo querer vir para cá, e tem relação com aquela tabela que mostrei antes a respeito da localização geográfica do Brasil. O custo de produção do nosso etanol de cana-de-açúcar é de US\$ 0,22, mais ou menos R\$ 0,44, e é muito barato se comparado ao milho dos Estados Unidos, ao milho do Canadá, ao trigo da União Européia, a US\$ 0,45, ou à beterraba, a US\$ 0,53, que custa três vezes mais que a cana do Brasil.

Por isso as empresas da União Européia estão vindo para cá fazer parcerias com indústrias de etanol de cana, comprar terras, comprar usina e assim por diante, porque temos sol e temos cana. E aqui abro um parêntese para dizer que, na minha opinião, a cana é a planta do futuro pelas suas características, pela sua composição e pelo potencial que tem de produzir energia. Não é a soja, não é nada, é a cana, na minha opinião!

Senão vejamos: aqui em Santa Catarina (porque no Centro-Oeste isso dobra), 1 hectare de cana tem potencial para produzir de 5 mil a 6 mil litros de etanol, mas se não quero produzir etanol, posso produzir 7 mil litros de cachaça, que vale o dobro do etanol. E resta o quê? Restam 20 toneladas de bagaço, que posso usar para compostagem, para adubo ou para fornecer nos cochos dos animais; também posso produzir 48 mil litros de vinhoto, que pode ser usado para adubar a lavoura ou também em confinamento para os animais estarem comendo; e temos ainda 10 mil quilos de pontas de cana, que servem para produzir leite, carne etc. Outra informação: 1 tonelada de cana produz até 85 litros, o que não é pouca coisa.

Eu quero chamar a atenção para o fato de a cana ser melhor que o milho. Por exemplo: a cana produz até 8.100 litros por hectare, enquanto o álcool de milho, nos Estados Unidos, produz 3 mil litros por hectare. Então, são quase três vezes mais e, por isso, temos potencial para expandir muito a nossa produção. E a mandioca brasileira, da Amazônia? A mandioca produz, sem muita tecnologia, de 28 toneladas a 40 toneladas por hectare e cada tonelada produz de 105 a 120 litros de álcool por hectare. Mas hoje já existe tecnologia na Ásia que produz 150 litros por tonelada. Portanto, não tem um produtor sequer, ou em cooperativa, que não possa produzir mandioca, produzir álcool! É mais barato.

Aqui temos a produção mundial de oleaginosas, e vocês podem ver que não muda, a soja é a grande campeã, seguida da palma, que é muito produzida na Malásia.

Esta foto mostra a mamona, que vocês conhecem, que tem um potencial de produzir até 1 mil litros de biodiesel por hectare; esta é do pinhão-manso, que se fala muito e também tem um potencial enorme, produzindo até 2 mil litros por hectare ao ano - é uma planta perene, vive até quarenta anos, então não é preciso plantá-la todos os anos; aqui é o girassol, que produz de 600 litros a 1.500 litros de biodiesel por ano; aqui o tungue, que tem um potencial maior e também é uma planta perene, produz até 1.500 litros por ano de óleo; e a palma, que é a planta que mais produz óleo no mundo, podendo chegar a 8 toneladas por hectare, mas é uma planta do Norte do País.

Esta foto mostra a soja, e quero chamar a atenção para o seguinte: temos que ter muito cuidado, muita cautela com a soja, porque o seu rendimento fica em torno de 18% a 20%, sendo que no Sul do Brasil é 18% e no Mato Grosso 22%, sendo que a produção de óleo fica entre 400 litros a 600 litros por hectare. Então o biodiesel de soja é uma coisa que tem que ser analisada com muito cuidado, porque a sua produção é baixíssima.

Agora vou entrar no debate sobre gordura animal. O Estado de Santa Catarina tem em torno de 5,6 milhões de cabeças de suínos e esse é um potencial enorme para se produzir tanto biogás do esterco quanto biodiesel da banha do animal; da gordura de ave, cada frango produz de 80 a 100 gramas de gordura; do sebo bovino, outro grande destaque - inclusive na semana passada foi inaugurada uma indústria em Lins, São Paulo, que produzirá 100 milhões por ano de biodiesel -, o Brasil produz 600 mil toneladas por ano.

Quero chamar a atenção para um fator que todos estão falando: o aquecimento global. O que vai acontecer com Santa Catarina se aumentar a temperatura em até dois graus? Atualmente, nesta área verde (*aponta para o mapa*), segundo levantamento feito pela Epagri, é produzida banana, mas se aumentar em dois graus a temperatura, vejam o quanto aumentará a área produtora de banana no Estado, incluindo aí Capinzal.

Outro exemplo: hoje, estas são as regiões que cultivam maçã, ou seja, somente duas regiões têm clima para isso. Se a temperatura aumentar, nenhuma região cultivará maçã. Portanto, esse aumento de temperatura beneficiará certas culturas mas outras serão detonadas, e a cana, por exemplo, pode ser a grande beneficiada com esse aquecimento.

Um outro ponto para o qual quero chamar a atenção é que nós temos que pensar também na contribuição que a agricultura de Santa Catarina dá para a poluição ambiental. Nós, por dia, produzimos 650 mil metros cúbicos de metano provenientes da fermentação dos dejetos de suínos. É muito esterco! São 423 toneladas de metano por dia só com suínos. E de bovinos são 8,3 mil metros cúbicos por dia. Então, a produção intensiva com confinamento tem que ter um pouco de cautela, porque vai apresentar esses impactos ambientais (*aponta para a imagem*). E o metano é muito mais poluente, é 21 vezes mais poluente que o gás carbônico, que é da queima.

Sobre o MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo), o crédito de carbono, hoje o Brasil representa 11% em relação às atividades de projeto do MDL no mundo, conforme demonstra este gráfico.

Agora vamos mostrar algumas fotos de uma destilaria de álcool em Rio do Sul que visitamos. Esta foto mostra a moagem da cana, que fermenta nessas três pipas, nessas três caixas d'água, depois vem para cá, fermenta, é destilada e volta para cá (*aponta para a foto*), para esses tambores brancos, onde é armazenada. É um processo muito simples e a tecnologia é de Rio do Sul.

Última informação para vocês: se as famílias quiserem produzir 500 litros de álcool por dia, vão precisar de uma área de 20 hectares, alcançando uma produção anual de 75 mil litros de álcool.

Era isso. Obrigado a todos pela atenção e obrigado, deputado Titon, pela oportunidade de fazer essa apresentação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Obrigado pela exposição, Lido.

Abrimos a palavra ao debate, para aqueles que desejarem fazer algum comentário, alguma pergunta, até porque esse é o objetivo da nossa audiência pública.

O SR. JOSÉ MAURO LEMKUHLE - Só uma questão me incomoda um pouco: como motivar os nossos agricultores a se associarem para criarem esses empreendimentos? Pela apresentação que tivemos, está claro que haverá necessidade, como temos o Marius Farina, de as pessoas terem a iniciativa. Como fazer para que as pessoas tomem consciência de toda essa potencialidade, arrisquem seu dinheiro e criem esses empreendimentos para que, no todo, possamos desenvolver esse conjunto?

O SR. PEDRO BENUR BOHRER - Boa-tarde a todos. Eu sou engenheiro agrônomo e trabalho junto com o Farina nesse programa de tratamento de efluente e produção de biodiesel.

Imagino que todo novo negócio, toda nova iniciativa apresenta desafios, tendo possibilidade de sucesso ou insucesso, como todo e qualquer negócio. Mas na medida em que temos exemplos muito bem sucedidos aqui no Estado de cooperativas, algumas voltadas para a produção agroindustrial, outras no ramo dos grãos,

outras no ramo de leite, outras ligadas a atividades de transporte... Essa é uma maneira que os pequenos agricultores, as pequenas associações encontraram para fazer prosperar os seus negócios, e como essa atividade é realmente desafiante, e o Estado tem um bom sistema de suporte ao produtor via entidades do Estado, como Emater, Epagri, enfim, essas entidades que prestam suporte ao pequeno e médio produtor, e, através desse trabalho, dessa orientação, poder começar a discutir o assunto. Porque lançar ou não uma produção de biodiesel é um negócio que não vai acontecer de uma hora para outra, como todas as atividades, ainda mais essa que é nova, desafiadora, mas com um brilhante futuro pela frente.

Eu posso transformar gordura animal e gordura vegetal em biodiesel, como já foi muito comentado aqui, com a oportunidade de rentabilizar o negócio; o grande problema, como o Farina colocou, é se eu tiver que tributar, porque fico fora do jogo. É até um contra-senso a empresa que fabrica equipamento e quer vender usina dizer uma coisa com essa, isso já tira boa parte dos prováveis investidores do negócio, mas isso precisa ser olhado de outra maneira, como toda iniciativa.

Não tenho um conhecimento muito grande, mas aqui alguém falou da Alemanha, como ela desenvolveu a produção de biodiesel e como hoje isso ainda acontece. É que o governo participa do processo, incentiva, cria oportunidade para que o negócio cresça, para depois a atividade poder caminhar sozinha. E aqui acho que passa também por situações desse tipo: como o País poderia promover a produção do biodiesel, o desenvolvimento dessa atividade, que recurso colocaria à disposição para que isso pudesse acontecer.

Ai se pergunta: mas por que o governo precisa ajudar? O governo precisa ajudar porque é uma coisa nova e apresenta riscos, porque tem um aprendizado ainda a ser vencido. Por isso é importante que o governo ajude a sustentar, a plantar essa semente, a iniciar essa atividade, para que no futuro ela caminhe sozinha.

Tivemos muitas oportunidades assim aqui nessa região mesmo, talvez mais para o lado de Caçador. Na região de São Joaquim, como começou a fruticultura de clima temperado? As pessoas com mais idade devem lembrar que houve uma intensa atividade oficial para estimular o crescimento da fruticultura nessa região, e hoje ela é uma força. Se formos verificar o que representa a maçã para Santa Catarina e para o Brasil... Santa Catarina é o maior exportador e produtor de maçã, e foi uma atividade que começou praticamente do zero. Havia atividades isoladas em algumas regiões, mas não uma produção altamente tecnificada e competitiva como é hoje.

Então, pegando um pouco desse exemplo, de como as coisas começaram, poder-se-ia pensar. Esse poderia ser um início. Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Agradecemos a participação do nosso engenheiro agrônomo, que deu uma grande contribuição ao debate. Continua livre a palavra para quem quiser se manifestar.

O SR. VEREADOR VALDELIR DE SOUZA (Capinzal/SC) - Faça a pergunta ao deputado Titon.

Pelo que entendi, tudo ainda está por vir, tudo ainda está no papel, e de que forma o governo participaria e quais entidades participariam (eu ouvi o Mauro falando aqui das universidades)?

Isso precisa sair do papel para que se torne realidade, e com a participação do governo, é claro. Então, senhor deputado estadual, representante da nossa região, de que forma o Estado participaria e quem seriam os fomentadores desse grande projeto para Santa Catarina?

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Não existe hoje nenhum programa definido nesse sentido por parte do governo, por isso a Assembléia Legislativa tomou a iniciativa de abrir o debate sobre essa questão já no ano passado, e existem propostas, como a do deputado Pedro; já tem três projetos tramitando, mas que não houve nenhuma manifestação. Não há incentivo nem por parte do governo federal; então, não há metas ainda definidas nesse sentido, como o nosso engenheiro agrônomo falou. Há riscos, mas muitos empresários e investidores estão acreditando que será viável futuramente, só que ainda não há nenhuma política definida nesse sentido.

O SR. PREFEITO NELSON CRUZ (Campos Novos/SC) - Gostaria de parabenizar o deputado Romildo Titon e o deputado Pedro Uczai, de cumprimentar os prefeitos Nilvo Dorini e Camilo Pastore, o presidente da Câmara Municipal, o secretário aqui presente.

Eu vi um importante trabalho do Farina, e ele nos dizia, no seu relato, que trabalhar com biomassa, principalmente com óleo de soja, ficaria quase impossível devido aos impostos.

O seu projeto, Farina, que está sendo desenvolvido nessa máquina, é mais voltado para o subproduto da gordura ou você vai trabalhar mais com a biomassa? Eu estou sentindo que hoje os produtos do óleo de soja acabam ficando mais caros, quase que como o óleo diesel.

(O senhor Marius Juliano Farina manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Exatamente. Então, essa máquina que você está desenvolvendo é em cima da gordura do subproduto do suíno, da avicultura?

(O senhor Marius Juliano Farina manifesta-se fora do microfone: "Em cima da gordura.")

É para gordura, então. É só para se ter uma idéia aqui, porque hoje nós trabalhamos com um sistema de biodiesel, com o etanol da cana, que é prático. E foi aqui bem colocado pelo nosso colega que a mandioca também é um grande produto.

Como disse o deputado, não temos incentivo nenhum, nem do governo federal nem do governo estadual nesse sentido, o que existe é a intenção de alguns países da Europa e dos Estados Unidos em investir no Brasil, buscando a nossa tecnologia e os nossos terrenos, que são grandes e bons para a área de produção, e vender os nossos produtos lá fora.

A preocupação do Pedro Uczai e dos pesquisadores é bem clara, porque nós estamos num momento ainda muito primário nessa atividade. A não ser o etanol (álcool), que vem da cana, que já está bem desenvolvido, os demais produtos estão mais na linha de pesquisa. Como disse o engenheiro agrônomo, vai levar muito tempo para produzirmos biodiesel em escala comercial, como é o petróleo hoje.

Mas eu só queria saber em que sentido seria essa pesquisa. Será, então, mais em cima da gordura.

Obrigado.

O SR. LIDO JOSÉ BORSUK - Eu insisto que temos que buscar tecnologia mais adequada à realidade do produtor rural, para que todos possam dominar essa tecnologia e produzir. Hoje as plantas industriais de biodiesel são muito caras, não porque não tenha tecnologia, mas porque o custo do biodiesel está muito alto. Pelo último levantamento da Petrobras, ele foi vendido a R\$ 1,94, enquanto que o óleo diesel está um pouco mais de R\$ 1,80.

Hoje não tem planta que seja viável, que tenha eficiência, porque o processo do biodiesel como está... Ainda não temos como competir com o biodiesel da União Européia, mas a pesquisa caminha para isso.

Por outro lado, é possível usar o óleo de girassol puro nos motores, e é aí que a pesquisa precisa avançar, assim como a legislação, para que o produtor de óleo de girassol possa usar óleo de girassol, óleo de soja no seu trator, e tem que ter tecnologia, para que o motor não tenha nenhum problema. Esse é um aspecto importante, e temos que discutir isso também.

Nós temos que pensar num horizonte mais próximo, e hoje seria a cana ou a mandioca, porque o investimento é muito baixo. Com a redução, fica em torno de cinco mil, mas está menos. Aqui no município deve ter pessoas que conhecem um bom mecânico, um ferreiro que trabalhe com metais para fazer uma destilaria, que é uma coluna maior que a da cachaça, para produzir o etanol.

Então, é uma tecnologia muito simples, fácil e prática. Hoje o etanol está próximo de nós. O biodiesel com base na gordura é uma matéria-prima que ainda precisa de mais investimentos em tecnologia, logística, distribuição.

Produzir 18% de óleo de soja é muito pouco, a margem é muito pequena. Se existir uma oleaginosa que produza 40%, ainda discutimos em outro patamar, mas 18%, mesmo que o farelo seja o principal produto do óleo, ainda é muito pouco, porque é uma safra por ano (alguém falou aqui que são duas safras no verão e uma no inverno). A soja tem ciclo longo, o girassol tem ciclo curto, então pode fazer de girassol e milho, de girassol e fumo, enfim, duas safras no verão; e no inverno, canola, forrageira e assim por diante.

O governo do Estado tem uma empresa competente, que é a Epagri, com gente muito qualificada, e acho que o passo seguinte seria discutir formas de viabilizar um monte de destilarias de álcool no Estado, com o governo federal e o estadual participando, bem como o municipal, porque tem que distribuir a responsabilidade.

O SR. PEDRO BENUR BOHRER - Bom, eu quero pedir licença para vocês porque eu disse uma coisa que ficou mal entendida, e como estamos aqui para debater, acho que é importante colocar algumas coisas.

Quando eu falei da demora, é de você organizar o produtor. Eu fui extensionista da Acaresc, participei da formação de cooperativas na minha época de juventude e ajudei a formar sindicatos rurais, então, tive boa convivência com o produtor. E o produtor, quando sente uma oportunidade, passa a acreditar, vai em frente e acaba fazendo a coisa acontecer. Nós temos inúmeros exemplos disso.

Quando falei da dificuldade, é o seguinte: o biodiesel é uma coisa nova, nem na nossa cabeça isso está devidamente processado ainda, e temos que olhar o aspecto do biodiesel por vários ângulos, um deles é o econômico, que é o que faz, vamos dizer assim, as pessoas se lançarem ao desafio. O outro é como eu, consumidor (porque todos nós somos consumidores de *diesel* indiretamente), vou dar a minha contribuição para não poluir o planeta. Então, indiretamente, todos nós estamos contribuindo para poluir o planeta, e como eu, sem ser produtor, sem ter caminhão, trator ou trilhadeira, enfim, sem ter equipamentos que consomem *diesel*, vou dar a minha contribuição para evitar isso?

A questão é um pouco assim: se tudo aquilo que eu consumo é transportado por veículos (e a grande maioria dos veículos de carga é movida a *diesel*), como vou dar a minha contribuição, não tendo caminhão, para reduzir a poluição no planeta? É um pouco de exercício que precisa ser feito; eu preciso perguntar para o sujeito que me vende se ele usa *diesel* no seu veículo de transporte, e se usar, eu, como consumidor, sou também um poluidor.

Foi dito aqui que a soja é antieconômica; então, é uma boa pergunta para ser respondida e talvez estudada (talvez mais estudada do que respondida). Nós fizemos uma simulação partindo do esmagamento da soja e comprando a soja a R\$ 30,00, e quem é produtor rural sabe que, com algumas variações durante o ano, esse é mais ou menos o preço que se recebe pela saca de soja. Então, fazendo o esmagamento da soja, seja pelo método físico, seja por processo químico, você tem uma diferença de 12% a 18% ou 20% de óleo quando comparado um com o outro.

Portanto, você pode fazer um investimento para esmagar soja, tirar 12% de óleo e em torno de 80% de torta, que é mais valorizada que o farelo porque é mais rica em nutrientes, e aplicar ou na propriedade ou comercializando (e aí tem uma notícia boa, porque todo farelo de soja destinado para a produção de rações não tem tributação). Então, você pode começar a organizar algumas combinações para o negócio se tornar interessante.

Na simulação que a gente fez, partindo-se do saco de soja a R\$ 30,00, fazendo investimento de esmagamento, fazendo investimento na usina para a produção do biodiesel, chegou-se a um custo do litro do biodiesel por volta de R\$ 1,40.

Hoje, ao precisar fazer qualquer abastecimento normal nas rodovias, dificilmente você vai conseguir comprar óleo *diesel* a menos de R\$ 1,80. Se você é frotista, compra a R\$ 1,70. Então, se a gente pegar essa diferença em relação ao R\$ 1,40 ou ao R\$ 1,45, que seja... Porque o problema do custo é muito influenciado pelo nível de oxidez da matéria-prima. É preciso usar mais catalisador, mais metanol para poder resolver a equação, e aí você aumenta um pouco o seu custo. Mas se você trabalhar com matéria-prima de qualidade, padronizada, vai ter um custo constante e fica competitivo.

Então, um pouco da história é o seguinte: é claro que se eu comprar o óleo degomado de soja, não vou conseguir dar jogo. Não dá mesmo, porque tem dias em que ele está a R\$ 1,80, tem dias em que está a R\$ 1,70, mas está girando em torno disso, portanto, ele se torna não-competitivo. Mas se eu parto do grão, é outra história.

Deve ter várias cooperativas pensando: como vou fazer desse limão uma limonada? Há cooperativas que têm produção de ração, recebem o grão do associado, vendem para uma empresa e depois compram o farelo. Por que elas não encurtam a cadeia?

Então, tem algumas idéias que devem florescer, mas acho que o aspecto do incentivo oficial... Pelo menos eu lembro que o Estado teve vários programas de incentivo à implantação de agroindústrias, e isso significava que o governo deixa de recolher a tributação, ou parte dela, durante um tempo, até que a empresa assuma a sua maturação. A partir daí, ela volta à vida normal e vai ter condições de lutar, porque já criou "músculos".

Eu não sei se estou me estendendo demais, mas como é uma audiência pública e esse é um assunto pertinente... Queiramos nós ou não, o biodiesel vem, e vem para ficar, seja para ser feito com óleo de soja, de girassol, da mamona, com sebo bovino, com óleo de aves, com graxa industrial de suíno. Ele veio para ficar, então, o Estado não pode não querer participar desse jogo. É a maneira como eu enxergo.

Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL ALCIDES MANTOVANI (Capinzal/SC) - Nessa mesma linha, acho que existem aspectos que devem ser considerados. Parte deles já foi falada aqui: organização, como fazer, como produzir, aonde vai e o que se vai fazer. A organização da produção tem que ser muito discutida para diminuir esses custos.

O nosso agricultor tem um papel preponderante, mesmo que seja na pequena propriedade. É aquilo que o Pedro colocava antes: não adianta dirigir para uma produção só, para um sentido só. E essa organização tem que ser amadurecida, Titon, porque não se tem ainda nenhuma proposta fechada, definida, nem em nível estadual nem em nível nacional, apenas está sendo mostrado o futuro, o caminho a ser seguido.

Outro aspecto importante é o apoio oficial. Acho que o governo, e dizia bem o engenheiro agrônomo aqui, tem algumas linhas de incentivo, como do próprio Prodec, que tem que ser utilizado, informado, porque já é uma coisa que está acontecendo. Nesta semana vamos ter uma palestra em Campos Novos, um seminário, do qual participarão os técnicos. Na ocasião, o secretário da área do desenvolvimento sustentável vai fazer uma palestra sobre como os empresários podem usufruir disso para que possam prolongar, começar a sua empresa. Já existem programas que eles podem encaixar dentro desse aspecto de produção. Acho que isso tem que ser aproveitado.

Essas organizações, o agricultor, os técnicos, os estudiosos (como o Pedro e o Lido), os agrônomos têm que fazer com que o governo conheça realmente isso para buscar as formas de incentivar. Meios nós sabemos que existem, e tenho certeza disso, por tudo que tem dito o nosso presidente da República sobre esse tema. Já tem gente estudando isso, e o Pedro, tenho certeza, é uma das pessoas que vão contribuir para que esse custo possa ser reduzido.

Outro aspecto importante é o econômico. Aprimorar a legislação vai fazer com que, no aspecto econômico, as pessoas possam usufruir do *diesel*. Todo início de processo sempre é complicado, mas, com o tempo, os custos vão diminuindo, os gastos vão sendo enxugados, e isso faz com que o biodiesel se torne viável.

Hoje o *diesel* custa R\$ 1,80, mas quem pode me garantir que daqui a pouco não vai estar a R\$ 2,00 ou R\$ 3,00? E aí vamos deixar de produzir biodiesel em alta escala, o que vai fazer com que venhamos a precisar dele, por isso é uma alternativa importante.

Os benefícios ambientais também têm que ser discutidos. Acho que a sociedade tem que se organizar e que as universidades têm um papel importante na pesquisa, para poderem mostrar à sociedade os aspectos ambientais e a economia que vai gerar ao mundo e ao País, aquilo que pode ser aproveitado do próprio ambiente.

Então, essa seria a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o prefeito José Camilo Pastore, de Ouro.

O SR. PREFEITO JOSÉ CAMILO PASTORE (Ouro/SC) - Boa-tarde a todos. Gostaria de fazer uma pergunta ao professor: a mesma usina que faz álcool de cana, o mesmo equipamento, serve à mandioca, para transformar em álcool? Pode ser?

O SR. LIDO JOSÉ BORSUK - Sim, a mesma destilaria serve. A diferença está no processo de você moer, triturar, a mandioca até chegar a uma pasta. É neste sentido. A partir disso, os equipamentos não diferem - é coluna; é muito parecido com a cachaça, não difere. O processo até chegar a essa pasta é que tem que ser trabalhado.

Quem quiser saber mais, em Urussanga, o Crispim tem aprofundado esse debate, tem feito equipamentos, ensaios importantes. É bom os prefeitos, os vereadores, os sindicatos irem visitar. Lá também tem uma destilaria de álcool. É bom verem a importância, se é adaptável à Capinzal e região. Visitem Rio do Sul, Abelardo Luz, aquela máquina que estão usando lá.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

De álcool é em Rio do Sul; em Urussanga tem na Estação Experimental da Epagri.

O SR. PREFEITO JOSÉ CAMILO PASTORE (Ouro/SC) - eu gostaria de perguntar ao Farina: então essa tua máquina, por exemplo, dá certo para os resíduos da indústria Perdigão, é isso? Porque vi a reportagem, grande, do Frigorífico (*inaudível*) e é um investimento grande, mas parece que com um retorno muito promissor.

Então, a Perdigão tem algum interesse ou algum estudo viabilizando utilizar para geração de energia esse resíduo. Alguém da Perdigão pode informar?

O SR. IVO ANTÔNIO BONATO - Por enquanto a Perdigão não tem essa visão da utilização. Mas, em conversa com o Farina, a nossa disponibilidade, dessa matéria-prima, é bastante grande. Então, há viabilidade da utilização para a Perdigão.

O SR. PREFEITO JOSÉ CAMILO PASTORE (Ouro/SC) - É possível que em breve tenha um estudo de uma unidade aqui em Capinzal, então, de geração de energia dos resíduos da indústria Perdigão?

O SR. IVO ANTÔNIO BONATO - Veja bem, a matéria-prima a Perdigão tem, que seria a gordura vegetal. A questão da usina em si não é um negócio garantido, mas a utilização do óleo, no caso, do biodiesel. Primeiro, porque é um fator muito importante para o meio ambiente.

O SR. PREFEITO JOSÉ CAMILO PASTORE (Ouro/SC) - Gostaria de perguntar para o deputado sobre esses projetos que tramitam na Assembléia. É possível que até o final do ano ou quem sabe durante o próximo ano tenhamos uma legislação estadual que venha sinalizar, orientar, como proceder em termos de legislação, desde a produção, industrialização até comercialização, enfim, desses produtos, para se poder, então, concretamente, implantar essa rede de trabalho, da produção até a comercialização, com legislação estadual?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sim, eu acredito. Não só acredito como é necessário.

Já estivemos conversando com o pessoal da Fapesc, da Epagri, com o senhor Ivo Carminatti, secretário de Coordenação e Articulação Política do Governo do Estado, para buscar entendimento do que aperfeiçoar no projeto, o que tem de inconstitucional na nossa iniciativa, por sermos parlamentares, como dizia o deputado Titon, na questão de fundo, na questão de comitê gestor. Se esse ponto deveria ser de iniciativa do Executivo, para mim não tem problema nenhum. Isso é tranquilo, é acordo, é negociação que dá para fazer.

Em relação ao projeto cinco, que para mim é o coração do projeto, que trata da produção, industrialização e comercialização, a própria Fiesc manifestou-se, em seus relatórios internos, divulgando para todas as entidades empresariais do Estado que apóiam projetos desta natureza sugerindo uns dois ou três aperfeiçoamentos em relação ao projeto principal. Portanto, já tem apoio do setor empresarial do Estado, através da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Então, acredito que se nós juntarmos esses esforços das audiências públicas, os pesquisadores ligados ao governo do Estado e as Comissões da Assembléia, tranquilamente, com essa vontade política, poderemos chegar ao final do ano com as leis aprovadas.

Já respondo a questão dos incentivos, pois o Titon lembra que há um mês, quando foi votado o Prodec, teve um adendo ao Prodec novo, que não existia nos Prodec anteriores: adenda um artigo para os incentivos tributários no Estado de Santa Catarina, no caso de ICMS, em 200 meses, com carência até de 120 meses, para fazer o pagamento, para as energias renováveis. Está lá: energias renováveis - biocombustível, biodiesel.

Então, nesse sentido há um eixo e um programa que já existia desde 1997, em Santa Catarina, e que se acrescentou, na última lei aprovada na Assembléia Legislativa: energias renováveis. Só para deixar esse ponto que é para o setor industrial.

Em relação ao financiamento do governo federal, por isso é importante estas audiências públicas. Quando a Petrobras e a Eletrosul financiam lá no Rio Grande do Sul a Cooperbio, aqui em Santa Catarina a Eletrosul já disponibilizou R\$ 100 mil para um estudo preliminar, de 77 municípios do extremo oeste para cá.

Na segunda-feira iria ter audiência pública em São Miguel, mas os diretores da Petrobras e da Eletrobrás não puderam chegar a tempo. Eles assinariam um convênio - Eletrosul/Eletrobrás - com os pequenos agricultores da região para fazer um estudo de viabilidade de uma usina de biodiesel na região. E o protocolo que a Petrobras assinaria era também na direção de a Petrobrás implantar aqui uma grande usina - se tem viabilidade ou não.

Está sendo desenvolvida em Passo Fundo, na área privada, uma usina de biodiesel, porque Passo Fundo liga a ferrovia com o porto de Rio Grande, e vai facilitar a produção, a industrialização - no caso, lá é de soja. Vão fazer com esse aproveitamento da torta da soja para outras finalidades e vão conciliar, principalmente com a soja, a produção do biodiesel, e o transporte ferroviário vai facilitar com o porto de Rio Grande para transportar para outras regiões do País. Essa é a conotação da Petrobras/Eletrobrás.

Quando tivermos a quinta audiência pública, até poderemos convidar os técnicos da região, dos municípios, os secretários municipais de Agricultura a irem a São Miguel do Oeste, para perguntarem para a Petrobras: o meio-oeste tem possibilidade? Os municípios da região têm possibilidade de garantia da comercialização, da garantia dos incentivos financeiros a fundo perdido? Eles estão fazendo a fundo perdido, é tudo a fundo perdido.

Em terceiro lugar, para os pequenos agricultores, a novidade deste ano do Safra 2007/2008, do Programa Nacional da Agricultura Familiar, é o Pronaf ECO, que foi implantado para Pronaf tipo C, Pronaf tipo D e Pronaf tipo E. Vocês têm presente, um pouco, os Pronafs. Do pequeno aporte, do agricultor familiar Pronaf C, financia até R\$ 6 mil, com três anos a cinco anos de carência e até oito anos, dependendo do projeto, para pagar; o Pronaf D, R\$ 18 mil para aos pequenos agricultores familiares; e Pronaf E, até R\$ 36 mil. Se pegarmos R\$ 36 mil, qualquer destilaria de álcool até 1.000 litros/dia tranquilamente tem financiamento, com carência de três anos a cinco anos. Então, tu vais te consolidar como pequeno agricultor, montar os equipamentos e implementos e, depois, vai começar a pagar.

Então, se associarmos isso de forma cooperada com os municípios, com as prefeituras, que também podem ver essa questão do ISS, que é um dos impostos municipais - Imposto Sobre Serviço; ICMS, do Estado; e o tributo federal, comprando do agricultor familiar e tendo aquele desconto tributário, quando a Petrobras conceder selo social, vai buscando os mecanismos que foram colocados.

Temos que aperfeiçoar a questão tributária, mas no processo mesmo. Eu concordo com o Farina: as questões tributárias, não só na produção, na industrialização, mas também na questão dos serviços, da ponte, de outros setores que envolvem a industrialização e a comercialização. Precisam discutir a questão tributária para incentivar.

Eu fico feliz que a Brasil Ecodiesel só teve treze milhões de prejuízo, fechou em vermelho. É muito pouco! Uma empresa nacional que montou com perspectiva estratégica de ser uma empresa nacional, e só no primeiro ano. Infelizmente, por orientação equivocada no sul do Estado, mandou os agricultores produzirem girassol. Custo de produção: R\$ 750; valor pago para eles, em torno de R\$ 650. Lá, agricultores tiveram prejuízo de cento e poucos reais. Por quê? Porque não discutiu a época do plantio, não discutiu o que fazer com a torta do girassol e não discutiu a produção de mel. Pode-se ter quarenta quilos de mel num hectare de girassol! Se você discute o que vai fazer com a torta, tem que industrializar a torta! Aí sim terá viabilidade! Agora, só mandar loucamente, meio irresponsavelmente, o agricultor produzir girassol? A segunda pergunta: o que fazer com a torta? E a terceira: dá para produzir mel junto com girassol? Aí, quem sabe você vê a alternativa, a viabilidade. Como a questão da soja que o senhor falou: como montar a cadeia toda e como agregar valor para a sua própria industrialização?

Vocês aqui no oeste, nós no Estado, o governo estadual, com certeza, acredito que pode ter essa política, e os governos municipais e o governo federal não só apoiarem a Brasil Ecodiesel, não só apoiarem essas grandes empresas nacionais! Eu quero ver nós, governo do Estado, prefeituras, apoiando as empresas locais, as destilarias locais, apoiando os agricultores a formarem cooperativas e a montar! Nós não temos grandes cooperativas no oeste? Como nasceram? Por que nós vamos mandar para as grandes empresas nacionais, e levar o nosso dinheiro embora? É a discussão que fazíamos antes! Nisto, vocês sabem a minha posição. Pode ser que outros tenham outra posição. Isso é democracia!

Sobre os financiamentos, o governo, pelo Pronaf ECO, tem de 6 mil a 36 mil. A Petrobras e a Eletrobrás estão incentivando, com o selo social, desconto tributário de 30% do que vem da agricultura familiar e pode chegar até a zerar os tributos para a agricultura familiar. Então, há um início de incentivo. Há um início, e precisamos avançar! Mas é um processo de conhecimento, e por isso não se pode criar ilusão. Aqui tem professores, professoras, lideranças, entre outros. "Não, agora é a salvação da lavoura!"

Estou feliz com as ponderações, com o prefeito levantando questionamentos, com os problemas levantados. Isso que é bom! É pé no chão! Nós não sairemos da audiência dizendo: não, agora vamos pegar as nossas propriedades e encher de girassol, porque teremos dinheiro no bolso! É iludir, é mentir, é mediocridade, é hipocrisia, é ser desonesto! Temos que ver a alternativa.

O que está claro é que o meio ambiente mundial não sobrevive mais ao petróleo não só porque está provocando o aquecimento global, ou porque o petróleo vai terminar, ou mesmo porque o preço do petróleo não vai mais baixar de US\$ 70 o barril. Vai aumentar para 80, para 90, para 100! É isso que também está mexendo com as grandes empresas do mundo! Porque o petróleo não baixar mais o preço, porque o aquecimento global que está sendo produzido vai acabar com toda a humanidade, rico, pobre, todos. Estão aí os problemas ambientais que atingem indistintamente! Até pouco tempo, a enchente atingia os bairros pobres das nossas cidades. Agora não! Com os tufões e as outras intempéries, como o Catarina, não tem rico nem pobre, está atingindo todo mundo.

Então, tem-se que dar resposta ambiental e resposta econômica, porque o petróleo vai terminar! E o preço, até terminar, não vai baixar mais, vai manter ou ampliar o valor. Assim, tem que buscar uma alternativa ambiental e econômica, e por isso, tem que ser com seriedade, com serenidade.

O presidente do sindicato está aqui. Num outro momento, fiz aqui um debate com as lideranças, com o Chico, com vereadores - fui à Câmara de Vereadores fazer essa conversa. Nós, da Assembléia Legislativa, eu e o deputado Titon, não podemos criar ilusão, mas, com certeza, estou convicto de que poderá ser mais uma alternativa de renda e desenvolvimento ambiental, social e econômico.

O SR. PREFEITO JOSÉ CAMILO PASTORE (Ouro/SC) - Deputado, só para complementar, no ano passado estive na Eletrosul entregando um pedido de quatro miniusinas para geração de energia elétrica a partir de dejetos suínos no município de Ouro. A diretoria, lá, acolheu-nos muito bem e disse-nos que já tinha acolhido dez no município de Seara, eu acho, próximo a Chapecó, e que ela queria analisar primeiramente o resultado daquelas usinas que estava implantando, para depois estender para outras regiões. O senhor tem informação se está dando certo e se já está em andamento, se vai ter ampliação?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Qual é o grande problema? E aqui, jogo aberto para não nos enganarmos! O problema de dejetos de suínos só com o biogás: quando eu fui prefeito de Chapecó, montamos experiência piloto, e dá renda de um salário mínimo para o agricultor. Mas não resolve o problema nem dos dejetos nem o problema econômico.

O que tem que transformar? Em energia elétrica. E como se resolve? É uma decisão política! Vamos apresentar esse projeto de lei na Assembléia, a exemplo da Alemanha e da China, em que toda a energia produzida é comercializada no sistema de energia. A Ceral, de Erechim, tecnicamente está disposta a assumir esse projeto. A Ceraçã vai produzir, através das cooperativas do oeste, dezesseis megawatts. Tem disposição de comprar isso aqui.

E a Celesc tem que tomar a decisão política. Existem duas posições dos técnicos da Celesc - não decisão política, mas técnica: uns técnicos dizem que é possível, e tranquilamente pode ser comercializada essa energia, porque é do poste! É do poste que entra energia para a propriedade. Só põe o marcador que sai. É só!

Na Alemanha é assim! E lá o governo fez um fundo dos grandes consumidores nacionais, que subsidiava o mínimo para fazer esse fundo. E as empresas concessionárias compram 100% da energia. Por exemplo, cem quilowatts a R\$ 0,40. Depois eles devolvem, para os agricultores de modo geral ou para qualquer consumidor na área rural, por vinte. Então ele garante a compra dos 100%, tudo o que ele produz põe na rede. E o marcador, no lugar de marcar o quanto consumiu, marca o quanto transferiu para a rede. Não tem segredo!

Agora a Itaipu também está desenvolvendo esse projeto. O Samek esteve conversando conosco: eles estão desenvolvendo este projeto, também pela Itaipu, de comprar energia, produzida lá na região, dos pequenos agricultores. Imaginem a solução disto: todos os agricultores resolvem o problema ambiental e colocam na rede toda a energia! Então, precisamos avançar.

Aqui tem representantes do governo do Estado, estamos conversando com vários setores do governo do Estado, e estou convencido de que isso seja a solução. Só o biogás não é.

Em Seara, já respondendo, não se transferiu porque há resistência, não da Eletrosul, mas da Celesc, de colocar na rede. Esse é o problema! Então nós temos que juntos enfrentar isso, de forma democrática, serena, sem fazer disputa política, porque isso não resolve nada. A solução para o dejetos de suíno no oeste de Santa Catarina não é outra, de esterqueira, só biogás. A maior parte do biogás é queimada porque não se pode vender. O que se faz? Consome-se na propriedade e o resto se queima. Estão queimando! Eu visitei várias, dezenas, e estão queimando todo o biogás. Isto é um desperdício, é até um crime não aproveitarmos e isto virar dinheiro, o dejetos de suíno que produzimos!

Em São João do Oeste tem 35 mil suínos. Dá para colocar luz nas casas para 1.000 famílias. Em Xavantina, Seara, Paial e Arvoredo, nós fizemos um estudo do número de suínos: tem 7,4 suínos por hectare e tem 0,34 pessoas por hectare. Então tem muita alternativa econômica!

(O senhor Pedro Benur Bohrer manifesta-se fora do microfone: "Seria transformar o biogás.")

É, no lugar do biogás. Coloca o transformador e gera energia elétrica.

(O senhor Pedro Benur Bohrer manifesta-se fora do microfone: "Seria transformar o biogás, e o gerador faz.")

Claro, é o gerador que toca a energia elétrica! E hoje tem tecnologia barata!

Por isso o Pronaf ECO, do governo federal, poderia ser um dos incentivadores para comprar os geradores, subsidiados. Tu ficas três anos sem pagar, juntas esse dinheiro e depois começa a pagar o financiamento.

Então, eu acredito, tenho convicção, que poderemos chegar a um acordo com as concessionárias de energia elétrica para um primeiro momento. Fui prefeito de Chapecó, e muitos técnicos de engenharia agrônoma aprenderam sobre a revolução verde e acham que biocombustível, biodiesel, ou outra alternativa não tem muita importância, é coisa de ambientalista. Às vezes, tem que se mudar a cabeça dos nossos técnicos também, e os nossos governos têm isso! Quem é prefeito sabe!

Eu tinha três mil servidores e queria mandar uns trezentos para casa porque não mudavam a cabeça. Tem que mudar para incorporar os novos conhecimentos: resposta ambiental e social. Uma empresa não pode só se preocupar com uma questão fácil: pega de uma grande usina e transfere!

Agora, por que não socializar essa solução ambiental e econômica para os pequenos agricultores? Por que agricultor não pode ganhar com a energia? Acho que essa é a grande revolução com biodiesel, etanol e cana-de-açúcar.

O papa da criação do álcool, o Bautista Vidal, que tem um artigo na nossa cartilha, dizia: o meu sonho, agora, já que quando criei o Proálcool, no Brasil, não consegui deixar para os pequenos agricultores, nos Estados, é que com a tecnologia barata do álcool para o alto consumo local...

Podíamos fazer um grande consórcio. Os prefeitos poderiam dizer: "Produzam, montem uma cooperativa e vamos peitar para consumir o álcool produzido pelos agricultores. O biodiesel que vocês produzirem, vamos garantir nos nossos caminhões, nos nossos tratores, nas nossas máquinas, e vamos comprar o biodiesel!" Quero ver o governo federal ou alguém querer impedir essa questão de alternativa social e econômica. É avançar no peito!

Temos que avançar na Agência Nacional do Petróleo! Não se pode só fazer legalização das grandes, tem que olhar para a área pequena, para os pequenos agricultores de Santa Catarina, a fim de terem alternativa econômica. A Agência Nacional do Petróleo tem que alterar e flexibilizar a legislação urgentemente. Nós já estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Nelson Cruz, prefeito de Campos Novos.

O SR. PREFEITO NELSON CRUZ (Campos Novos/SC) - Deputado, só para ilustrar, quando fizeram o Proálcool, criaram várias usinas pequenas e desapareceram. O que o senhor colocou é uma realidade. Eu também tenho extensão, trabalhei no campo, conheço isso. Então estamos falando aqui no biodiesel quase nas mesmas condições daquela época, quando criamos cooperativas. Crie-me dentro de uma cooperativa e sei disso.

No oeste de Santa Catarina, onde senhor trabalhou e foi prefeito, quantas usinas de álcool ficaram falidas, quebradas. Por quê? Começou pequeninha, as grandes abocanharam, e acabou a pequena. O Proálcool começou e nós estamos na mesma situação.

Então, colocamos hoje (o senhor como representante, está com os projetos) que essa solidificação, desse pequeno projeto, seja mais estudada. A Epagri é muito... Sou extensionista, posso falar: nós criamos, por exemplo, o Planner. "Vamos criar suíno solto." Durou dois anos criar suínos separando o macho da fêmea, fazer uma cidade para criação de suínos. E acabou.

Portanto, essas pesquisas têm que ser muito mais consolidadas, têm que ser muito mais fundamentadas, para que o pequeno produtor não coloque dinheiro fora e o governo não aplique dinheiro fora, que vá aplicar e não tenha continuidade.

Seriam essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra Márcio Schütz, delegado de Polícia de Capinzal.

O SR. MÁRCIO SCHÜTZ - É mais uma curiosidade, quase que na mesma linha do que o prefeito colocou. Eu recorde da época do Proálcool, senão me engano em 1975, 1979. Já faz 30 anos, e ganho se teve. Mas a minha curiosidade acho que o senhor já esclareceu em sua fala quando disse que o biodiesel pode ser utilizado até em caminhões. Nós sabemos que a nossa riqueza, do nosso Estado e do nosso país, é visto pela malha rodoviária. Sou pouco conhecedor, mas acredito que não existem caminhões movidos a álcool.

Talvez o professor consiga esclarecer: lembro-me da época dos bancos escolares (estudei na década de 1980), quando falavam muito que para produzir um litro de álcool se gastava dez litros de *diesel*, que se tornaria praticamente quase que inviável fomentar esse tipo de energia. Hoje sabemos que é superimportante pelo lado sustentável ter combustível renovável, pois a fonte que temos do *diesel* um dia se esgota. Já foi até tema do filme "Mad Max", que no final se tornava uma guerra a briga pelo petróleo.

Seria mais essa curiosidade, a respeito de que se é possível. O senhor já esclareceu a nossa frota de caminhões, de transporte, trabalhar com biodiesel. E se ainda existe essa verdade dita na década de 1980, que para se produzir um litro de álcool se gastava dez litros de *diesel*?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em relação ao álcool, a tua preocupação é central. Agora, o problema do fracasso do álcool no Brasil não foi a pequena (*ininteligível*) pela grande, foi a grande que também abandonou o álcool para produzir açúcar e vender no mercado internacional! O açúcar tinha preço melhor, nós tínhamos carro a álcool e fomos abandonando, por uma irresponsabilidade, porque o petróleo baixou o preço no período de pós-guerra. Baixou o preço do petróleo, colocou-se petróleo no mercado internacional, o preço competitivo do açúcar foi para o mercado internacional e deixou-se de produzir carro a álcool.

Hoje estamos num outro cenário, e nós estamos avaliando que é irreversível a continuidade da produção de álcool, senão não teria tanto investimento de estrangeiros no Brasil, como a Google a Microsoft. Todos esses investidores mundiais estão fazendo e investindo aqui.

Então, hoje estamos numa outra conjuntura, e o álcool vai ser a alternativa ambiental e econômica. E não tem o risco da condição do petróleo, econômico e ambientalmente falando, de deixar de produzir álcool no Brasil, diferentemente da década de 1980. Não só as pequenas, mas de as grandes deixarem de produzir no Brasil.

Segundo, o custo para produzir álcool. Em Rio do Sul, que produz mil, é só um funcionário. Ele faz a moagem toda em declive. Um único funcionário faz todos o processo. E a biomassa utilizada da cana, a sobra, o bagaço, é que sustenta o fogo da caldeira. Lá não tem um litro de *diesel*, a não ser o transporte com *diesel*, do caminhão ou do trator que traz a cana-de-açúcar até esse espaço.

Então, não tem *diesel* na queima, é o próprio bagaço da cana que está sendo utilizado, com mais alguns pedaços de lenha. Depois, o bagaço da cana queima e toca a caldeira para produzir álcool. Hoje não tem necessidade do *diesel* no processo de industrialização do álcool. E o Lido levantou que hoje a tecnologia na área do biodiesel ainda é muito cara, para montar usina de biodiesel, porque tem que extrair a glicerina.

Tem um companheiro de Frei Rogério (a Prefeitura de Ponte Alta está acompanhando) que tem o grande desafio de extrair glicerina do óleo. Agora, no mundo, nós temos que adaptar os motores para o óleo vegetal. Vocês imaginem nós produzirmos, com baixo custo, óleo vegetal. Qualquer agricultor poderá produzir óleo vegetal com uma máquina que custa R\$ 5.000, R\$ 6.000, feita em qualquer mecânica. Mas com padronização, alto investimento, com pouquíssimo custo, poderemos fazer para o próprio consumo, ou para o consumo local ou regional.

Essa é uma revolução na democracia a destinação do recurso da energia renovável, se ficarmos para nós. Senão, é como o Nelson falou - por isso este debate: se a posição do Estado é decisiva, qual é o futuro que nós queremos do álcool e do biocombustível em Santa Catarina? Se é para duas ou três grandes usinas, como a Brasil Ecodiesel, eu não tenho nada contra ela, mas eu queria ver as empresas catarinenses produzindo e industrializando aqui.

Por isso não sou a favor de grandes empresas nacionais virem aqui mandar o agricultor produzir girassol etc. Vai levar embora o dinheiro, a juventude, o imposto e a renda, e nós vamos ficar só produtores de matéria-prima. É essa a visão que eu tenho. Mas têm pessoas que tem outra sobre esse processo.

Porém, estou muito animado, porque estou vendo um outro horizonte, e Santa Catarina pode ser modelo para o Brasil. Dá para produzir alimento e energia renovável e dá para industrializar tanto a cana como o biodiesel, distribuindo renda para os empresários locais, para os municípios, para os prefeitos locais se beneficiarem desse desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Antes de encerrar, o Lido quer fazer uma última colocação.

O SR. LIDO JOSÉ BORSUK - Tem um texto, na página 48, que fala que qualquer fonte de energia... Quem vai produzir álcool, etanol ou biodiesel precisa olhar o balanço energético, quanto custa de energia para a natureza em petróleo, em recursos naturais. Quanto de recurso dá isso? Em relação à cana, o balanço é positivo, ou seja, cada grama de álcool que se produz gasta muito pouco, é de 1 para 8, e vai de 3 a 8. Então é altamente positivo. Já a soja é negativa. Para produzir um grama de soja gasta-se 1,3; o milho, 1,29; a cana é 1 para 8. Por isso que eu acho que a cana é a fonte de (*ininteligível*). Ela é muito positiva. Antes não era assim; na década de 1970, realmente, era muito mais caro, mas hoje não. Hoje, a cana é muito eficiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Queremos agradecer a presença de todos. Foi muito importante a participação. É um tema importantíssimo, e começa a nascer o debate.

Saimos daqui muito feliz, não é mesmo, deputado Pedro? Porque tivemos participações importantes, e colhemos várias sugestões e opiniões. Que Deus ajude que esse programa continue e avance cada vez mais. E os governos vão se modernizando nas suas leis, procurando dar incentivo para podermos ter uma grande fonte de geração de impostos, de riquezas e de oportunidades de trabalho.

Em nome da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, quero agradecer a todos pela presença.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Está encerrada a audiência pública.*)

DEPUTADO ROMILDO TITON

PRESIDENTE

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 095/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 045/2007, celebrado em 01/10/2007.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: AGR COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E REPRESENTAÇÕES LTDA
 OBJETO: contratação da **AGR Comunicação e Representações Ltda.**, para que, dentro do Projeto "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa", o jornalista **Ricardo Noblat** apresente a palestra "**On-line: fenômeno dos blogs**", que versará sobre fatos engraçados e outros

dramáticos de momentos ricos da recente vida política e social do país, como, por exemplo, o drama da morte do ex-presidente Tancredo Neves; o surgimento e derrocada do ex-presidente Fernando Collor de Mello; a ascensão do primeiro líder de esquerda do país Luiz Inácio da Silva; a censura do Correio Braziliense; a denúncia sobre a grilagem de terras públicas promovida por políticos do grupo do então candidato à reeleição ao Governo do Distrito Federal; do cordel declamado em praça pública à poesia moderna.

VALOR GLOBAL: R\$ 28.750,00 (vinte e oito mil setecentos e cinquenta reais)

REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irremovível.

PRAZO: A data para a apresentação da palestra será a de 05/10/2007, a partir das 19:00 horas, com duração aproximadamente de 1:30 (uma hora e trinta minutos) de exposição, acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamentos do público.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 33.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências), da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 013/2007 (art. 25, II da Lei 8.666/93); Autorização para Processo Licitatório nº 0494/2007; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 01 de outubro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Ricardo José Delgado Noblat - Sócio Proprietário

*** X X X ***

EXTRATO Nº 096/2007

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 013/2007, de 01/10/2007.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: AGR Comunicação Publicidade e Representações Ltda.

OBJETO: Contratação da empresa AGR Comunicação Publicidade e Representações Ltda., para que, através do seu sócio proprietário o jornalista Ricardo Noblat, seja ministrada a palestra intitulada de "Jornalismo On-line: fenômeno dos blogs", com duração aproximada de 1h30min de exposição, acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamento do público.

VALOR: R\$ 28.750,00 (vinte e oito mil setecentos e cinquenta reais).

PRAZO: 05 de outubro de 2007.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II da Lei 8.666/93

Florianópolis, 01 de outubro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 470/07

Denomina Firmino Agostini Maciel a Quadra de Esportes da EEB. Marechal Eurico Gaspar Dutra, do município de Curitiba.

Art. 1º Fica denominada Firmino Agostini Maciel a Quadra de Esportes da EEB Marechal Eurico Gaspar Dutra, do município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Onofre Santo Agostini

Lido no Expediente

Sessão de 03/10/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que denomina "Firmino Agostini Maciel" a Quadra de Esportes da Escola de Educação Básica Eurico Gaspar Dutra, do município de Curitiba.

Líder juvenil com grande destaque na comunidade de Curitiba, acreditava o homenageado e praticava boas ações comunitárias. Como empreendedor e estudante do curso de Economia Agroindustrial na Universidade de Contestado de Curitiba, revelou-se uma pessoa sensível e de muitos amigos.

Jovem esportista que adorava velocidade automobilística, foi sócio fundador do *Gaiola Trail Clube* e destacou-se nos eventos em toda a região. Praticava várias modalidades de esportes, como futebol de salão, *motocross* e *rally*.

Acometido de câncer, lutou bravamente, jamais admitindo ser vencido pela doença. Infelizmente, partiu deixando uma grande amizade e saudades a todos que ficaram.

Assim, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso jovem, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município de Curitiba.

Deputado Onofre Santo Agostini

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 471/07

Determina o estabelecimento de normas e procedimentos para o gerenciamento e destinação de lixo tecnológico e dá outras providências.

Art. 1º Todas as empresas que produzam ou comercializem produtos eletro/eletrônicos são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada desses produtos, bem como de seus componentes, considerados lixo tecnológico.

§ 1º Para efeito desta Lei considera-se destinação final ambientalmente adequada:

I - a utilização dos produtos, e ou de seus componentes, em processos de reciclagem, com vistas a novo uso econômico;

II - a reutilização dos produtos, e ou de seus componentes, respeitadas as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos federais competentes das áreas de saúde e meio ambiente; e

III - a neutralização e a disposição final adequada dos componentes tecnológicos equiparados a lixo químico, conforme legislação ambiental em vigor.

§ 2º Para efeito desta Lei, considera-se lixo tecnológico: componentes e periféricos de computadores, inclusive monitores e televisores que contenham tubos de raio catódicos, lâmpadas de mercúrio, e componentes de equipamentos eletro-eletrônicos de uso pessoal, que contenham metais pesados ou outras substâncias tóxicas.

Art. 2º As empresas que produzam e ou importem produtos tecnológicos eletro/eletrônicos são co-responsáveis pela destinação final dos produtos, ficando obrigadas a dar as seguintes informações em rótulo:

I - advertência para não descartar o produto em lixo comum;

II - orientação ao consumidor sobre onde entregar o lixo tecnológico; e

III - endereços e telefones de contato dos locais para descarte do lixo tecnológico.

Art. 3º As empresas que produzam, importem e ou comercialize produtos tecnológicos eletro/eletrônicos devem manter em seus estabelecimentos recipientes para a coleta desses produtos, e encaminhá-los para a destinação final adequada.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá diretrizes para que as empresas citadas no artigo 1º Lei declarem os componentes tecnológicos dos seus produtos e as quantidades comercializadas anualmente, ficando obrigadas a apresentarem, num prazo de cento e oitenta dias, projeto de coleta e destinação final ambientalmente adequada ou mecanismo de custeio para esse fim.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer taxa para as empresas que descumprirem o determinado no *caput*, cujos valores arrecadados serão destinados à coleta seletiva e à destinação final ambientalmente adequada, nos termos do art. 1º desta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo estabelecerá normas e procedimentos para o gerenciamento e destinação final do lixo tecnológico produzido no Estado de Santa Catarina, devendo levar em consideração as seguintes diretrizes:

I - reutilização;

II - atualização dos equipamentos existentes;

III - reciclagem; e

IV - incentivo ao comércio de produtos com menor proporção de componentes tóxicos e incentivo ao uso preferencial de materiais não-tóxicos na produção dos componentes tecnológicos.

Art. 6º Convênios com cooperativas de catadores poderão ser estabelecidos visando atender às exigências desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 03/10/07

JUSTIFICATIVA

O Estado da Santa Catarina, como os demais estados do Brasil, convive com sérios problemas relacionados ao processamento e disposição final de resíduos tóxicos e perigosos. O controle do Estado sobre tais atividades é insuficiente, existindo risco potencial de danos ambientais e comprometimento da saúde da população.

O lixo tecnológico constitui mais uma situação de risco de contaminação ambiental e a preocupação com o lixo eletrônico parece que ainda não chegou ao Brasil, talvez por falta de informação. Por exemplo, nos países avançados, sabe-se que produtos eletrônicos duram de dois e quatro anos. Aqui não há dados oficiais, sendo que a quantidade de aparelhos celulares já fora de uso, computadores obsoletos e defeituosos, peças de equipamentos eletrônicos no Estado de Santa Catarina é enorme.

Segundo especialistas no assunto, grandes quantidades desses materiais ainda estão guardadas dentro das residências, parte deles ainda sendo utilizados. Muitas empresas e indivíduos guardam, imaginando que eles serão úteis numa emergência. Às vezes, o destino é o ferro-velho ou doação.

Em Santa Catarina, receber eletrônicos para remanufaturar e doar, ou reciclar, só é praticado por fabricantes em duas situações: máquinas que retornam após um período de aluguel (*leasing*), ou devolvidas em período de garantia.

Com a rápida evolução tecnológica e a facilitação de crédito para aquisição de equipamentos mais modernos, e não havendo iniciativa do Poder Público, a tendência será o descarte dos equipamentos obsoletos ou defeituosos sem nenhum controle, o que poderá provocar uma contaminação ambiental sem precedentes. Isto já está começando a acontecer.

LIXO ELETRÔNICO: PROBLEMAS, POSSIBILIDADES E A NECESSIDADE DE COMPROMISSO DA SOCIEDADE CIVIL

Embora o crescimento do lixo eletrônico pareça tangenciar o problema dos direitos de comunicação, existe um aspecto importante que deve ser compreendido por todos os participantes da discussão sobre como democratizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A explosão de ferramentas de TIC não vem sem um custo ambiental direto. Grandes volumes de lixo tóxico eletrônico - monitores, teclados, cabos, circuitos e *drives* usados de computadores, os telefones celulares, os *chips* dos aparelhos informatizados de todos os tipos -, estão sendo descarregados nos países do hemisfério Sul. O percentual de lixo tecnológico está crescendo a uma proporção alarmante. Em recentes estudos, pesquisadores concluíram que "o volume de lixo eletrônico está aumentando a uma proporção de 3 a 5% ao ano, quase três vezes mais rapidamente que o crescimento do lixo municipal".

Enquanto a explosão do lixo, de maneira geral, é um grave problema, o crescimento de *e-lixo* é particularmente perturbador, pois contém muitos agentes cancerígenos. Por exemplo, o carbono negro encontrado no *toner* de impressoras está na classe 2B dos cancerígenos e o "berílio é comumente encontrado em placas-mãe e *chips* como uma liga de cobre e berílio. O berílio foi recentemente classificado como um cancerígeno humano, sendo que a exposição a ele pode causar câncer do pulmão".

Os CRTs (tubos de raios catódicos), que fazem parte dos televisores e monitores de computador, contêm grande concentração de chumbo. Muitas pessoas acabam repassando esses equipamentos a lojas de usados, ou simplesmente jogando-os fora sem qualquer cuidado especial.

Boa parte desse lixo eletrônico é gerada quando computadores inteiros são jogados fora prematuramente. Manter-se em dia com os avanços da tecnologia requer constante atualização dos processadores, porém, muitos outros componentes dos computadores poderiam ser reutilizados.

Pesquisadores suíços esperam que haja uma mudança do atual estado-da-arte em relação ao que fazer com o lixo eletrônico - a reciclagem - para o seu reaproveitamento parcial de uma forma ambientalmente mais amigável. Eles também argumentam que a reutilização do aparato tecnológico poderia abrir novos postos de trabalho nos países em desenvolvimento e levar a sociedade civil a se mobilizar em torno do problema do lixo eletrônico e suas possíveis soluções.

Na verdade, a situação na Suíça e nos países da União Européia já é mais avançada em relação a outros, como os Estados Unidos. Organizações não-governamentais como a *Basel Action Network* e a *Silicon Valley Toxics Coalition* chamaram a atenção para a não-adesão dos EUA à Convenção de Basel, que pretendia regulamentar a exportação de lixo eletrônico tóxico e forçar as próprias empresas produtoras a encontrarem solução para o problema. Tanto na Suíça quanto nos países da União Européia existem leis progressistas sobre o lixo eletrônico, que determinam monitoramento e tratamento ambientalmente adequado para componentes eletrônicos descartados, de forma a recuperar materiais que ainda tenham valor. Entretanto esses procedimentos não são o ideal.

Seria preferível, em vez disso, uma combinação das seguintes técnicas:

- reparo;
- reutilização;
- atualização do equipamento existente;
- reciclagem;
- uso preferencial de materiais seguros nas tecnologias de informação e comunicação.

A implementação de quase todos esses procedimentos (à exceção do último) requer um grande número de pessoas e poderia significar um potencial crescimento de um novo setor econômico nos países em desenvolvimento.

As organizações *Basel Action Network* e *Silicon Valley Toxic Coalition* produziram um relatório intitulado "*Exporting harm: the high-tech trashing of Asia*" [*Exportando o dano: o lixo de alta tecnologia da Ásia*], no qual enfatizam que a reutilização e a reciclagem são apenas uma medida paliativa - no final das contas, será preciso criar incentivos e aprovar leis para obrigar as empresas produtoras norte-americanas a desenvolver tecnologias novas e não-tóxicas. Os EUA, por exemplo, devem assinar a Convenção de Basel. Caso contrário, as indústrias continuarão a usar elementos cancerígenos para produzir equipamentos e o montante de lixo eletrônico tóxico continuará a ser descarregado nos países em desenvolvimento, provocando graves problemas de saúde durante muitos anos.

O problema do lixo eletrônico serve-nos como incentivo para refletir sobre como a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação é uma questão mais complexa do que simplesmente colocar um computador com acesso à internet em cada lar. A comunicação democrática deve ser também uma "comunicação sustentável".

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 472/07

Autoriza o Governo do Estado isentar a cobrança de ICMS nas contas dos serviços públicos estaduais das entidades mantenedoras de hospitais filantrópicos que prestam serviço ao SUS.

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a isentar cobrança de ICMS das contas dos serviços públicos estaduais das entidades mantenedoras dos hospitais filantrópicos que prestam serviços ao SUS.

Parágrafo único. A isenção de que trata o caput refere-se às contas de água, luz e gás.

Art. 2º As entidades beneficiadas deverão requerer, junto às empresas prestadoras desses serviços e a Secretaria de Estado da Saúde, os benefícios referentes a esta lei.

Art. 3º O Governo do Estado contabilizará os recursos decorrentes desta lei como investimento em Saúde para efeitos de cumprimento ao disposto na Constituição Federal.

Art. 4 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 03/10/07

JUSTIFICATIVA

Não há ninguém que estude a História do Brasil ou que esteja ligado à saúde que não tenha notícia do papel secular das Santas Casas, Hospitais Beneficentes e Filantrópicos. Em nosso País, as Santas Casas surgiram logo após o seu descobrimento, precedendo, portanto, a própria organização jurídica do Estado brasileiro, Braz Cubas, em 1543 fundou a primeira delas em Santos. São Paulo.

Uma vez criadas, passaram a se dedicar ao atendimento aos enfermos e, em alguns casos, em mais de uma direção, ou seja, no amparo à velhice, à criança, aos hansenianos, à educação entre outras.

Somam, hoje, mais de duas mil e quinhentas em todo o território nacional. Responsáveis por cerca de 50% dos leitos hospitalares existentes no País, muitas vezes constituindo-se em Centros Regionais de Referência e Excelência Médica.

Há que se destacar, ainda, o papel histórico que essas instituições cumpriram e cumprem na formação de Recursos Humanos para a Saúde, a começar pela criação das primeiras Escolas de Medicina e de Enfermagem. Desnecessário enumerar, uma a uma, todas aquelas que têm contribuído para o desenvolvimento da ciência médica e outras, mantendo hospitais- escolas, residência médica, ou mesmo campo de estágio e aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Os 500 anos de existência das Santas Casas, Hospitais Beneficentes e Filantrópicos no Brasil são suficientes para bem entender o papel, a missão e o desempenho dessas instituições na preservação da saúde e da vida da sociedade.

Adaptadas às condições atuais e empregando técnicas modernas de administração hospitalar, graças, ainda, à obrigação da aplicação de seus eventuais resultados positivos na própria instituição, para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dos serviços que presta à sociedade, representam a grande opção que o Governo tem para consolidar a implementação do Sistema Único de Saúde em todo o território brasileiro.

Em Santa Catarina estas entidades são representantes pela Federação das Santas Casas, Hospitais e entidades Filantrópicas do Estado de SC, fundada em 1992.

Encaminhadas, a esta casa, algumas de suas reivindicações, que nos inspiram a apresentar este projeto.

Estamos cientes das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos hospitais e entidades filantrópicas em nosso estado.

Temos a certeza, de que se houver interesse, por parte do Governo Estadual, estaremos dando uma grande contribuição à saúde do Povo Catarinense.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Jailson Lima Da Silva

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 473/07

Dispõe sobre a divulgação aos passageiros rodoviários de informações sobre o estatuto do idoso relativas ao sistema de transporte coletivo interestadual.

Art. 1º As empresas concessionárias ou permissionárias de transporte interestadual de passageiros, incluídas as operadoras de terminais rodoviários que operam no Estado de Santa Catarina, ficam obrigadas a afixar em seus estabelecimentos, postos de venda de passagens e veículos de transporte, avisos referentes aos direitos dos idosos a passagem gratuita e ou desconto de 50% conforme o Estatuto do Idoso, lei federal 10.741 de 1 de outubro de 2003.

Art. 2º O aviso deve ser exposto em local de fácil visibilidade aos passageiros, contendo o seguinte conteúdo:

ESTATUTO DO IDOSO

Lei 10.741/2003

"Art. 40 - No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I - a reserva de 02 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos."

Parágrafo único. Nas operadoras de terminais rodoviários, no interior dos ônibus e nos postos de vendas de passagens, o quadro contendo o aviso deverá ter como medida mínima 90 (noventa) cm².

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 03/10/07

JUSTIFICATIVA

O Estatuto do Idoso, consolidado na Lei 10.741/2003, é uma das maiores conquistas do povo brasileiro ao garantir os direitos dos idosos em nosso País.

Por ser, uma lei recente, faz-se necessário a sua divulgação e luta sobre sua efetividade para garantir que os direitos dos idosos sejam implementados.

Queremos através, desta proposição, tornar público e acessível a 3ª idade de SC, o seu pleno direito ao exercício do que está expresso no Art.40 do Estatuto do Idoso.

Sala das Sessões,

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 474/07

Dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar em edificações, e dá outras providências.

Art. 1º As novas edificações, no estado de Santa Catarina, relacionadas a seguir, deverão prever em seus sistemas de instalações hidráulicas, aquecimento de água por meio do aproveitamento de energia solar:

I - hotéis, motéis e similares;

II - clubes esportivos, casas de banho e sauna, academias de ginástica e lutas marciais, escolas para pratica de esportes, estabelecimentos de locação de quadras esportivas;

III - hospitais, unidades de saúde que possuam leitos, casas de repouso;

IV - indústrias, se a particular atividade setorial demandar água aquecida no processo, ou a instalação de vestiários para funcionários;

V - lavanderias industriais, de prestação de serviço ou coletivas, em edificações de qualquer uso que utilizem em seu processo água aquecida;

VI - escolas, creches, abrigos, asilos e albergues;

VII - quartéis.

Art. 2º Os projetos de novas edificações isoladas ou integrantes de conjunto de instalações, independentemente uso, que contemplem a construção de piscinas de água aquecida deverão prever em seus sistemas de instalações hidráulicas, equipamentos de aquecimento de água por meio do aproveitamento de energia solar.

Art. 3º Deverão prever em seu sistema de instalações hidráulicas prediais, os projetos de novas edificações que possuam até três banheiros, por unidade habitacional, prumadas e rede de distribuição permitindo no futuro, a instalação do reservatório térmico e placas coletoras de energia solar, para que todas as unidades passem a utilizar água aquecida por meio do aproveitamento da energia solar.

Parágrafo único. Para os projetos de novas edificações destinadas a Habitações de Interesse Social, no que se refere ao cumprimento deste artigo, o Executivo estabelecerá em Decreto específico as normas de implantação, os procedimentos pertinentes e prazos para início de sua aplicação.

Art. 4º A emissão do Certificado de Conclusão das construções de que trata o artigo 1º ficará condicionada à sua total execução.

Art. 5º As instalações deverão ser dimensionados para cobrir, no mínimo, quarenta por cento de toda a demanda anual de energia necessária para o aquecimento de água sanitária e aquecimento de água de piscinas.

Parágrafo único. Os equipamentos mencionados deverão possuir sua eficiência comprovada por órgão técnico, credenciado pelo INMETRO.

Art. 6º Os projetos inviáveis as instalações serão submetidos a estudo técnico elaborado por profissional habilitado que justifique a inviabilidade, ficando isentos da aplicação desta lei.

Art. 7º Aplicam-se as disposições desta lei aos novos projetos a partir da sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente

Sessão de 03/10/07

JUSTIFICATIVA

A preservação do meio ambiente com a economia de energia elétrica e o impacto econômico a iniciativa privada e pública causada pelo aproveitamento da energia solar são objetivos do presente Projeto de Lei.

Regular a incorporação de sistemas de captação e utilização de energia solar ativa de baixa temperatura para a produção de água quente nas novas edificações e construções feitas no nosso estado que tem uma forte incidência do sol e com isso devemos usufruir dessa energia para podermos poupar o estado de gastos desnecessários para aquecimento de água, tais como hidrelétricas ou outros meios de energia que por terem gastos altíssimos acabam onerando o consumidor final.

O aquecimento global é assunto emergente, não podemos nos esconder da realidade, o projeto de lei ora apresentado é uma outra forma de desenvolvimento sustentável, economia de energia através das fontes limpas e renováveis. Boa parte da emissão de gás carbônico vem da produção de energia através das termoelétricas, movidas a combustíveis fósseis, o próprio protocolo de Kyoto aponta o incentivo de energia renováveis como tendência que deverá marcar as próximas décadas.

O caminho do uso racional da energia elétrica como forma de diminuir o impacto ambiental da geração de energia também tem o apoio da seção brasileira do Fundo Mundial para a Natureza, mais conhecido pela sigla em inglês WWF, uma das mais renomadas ONGs ambientalistas do planeta, começa na década de 60, presente em 100 países, nos quais conta com cinco milhões de sócios, a equalização da demanda de energia elétrica no Brasil acaba com a dicotomia entre conservação ambiental e desenvolvimento. É possível desenvolver o país economicamente, garantindo qualidade de vida para as pessoas, de modo compatível com a conservação de recursos naturais.

A aprovação do projeto de lei irá beneficiar o nosso estado com uma economia considerável e o respeito ao meio ambiente, este é mais uma contribuição a um futuro melhor.

Diante do exposto, apresento este Projeto de Lei esperando contar com a aprovação dos nobres Pares.

*** X X X ***